

ANO IV

N.º 6

**REVISTA**  
— DO —  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
— E —  
**HISTÓRIA MILITAR**  
— DO —  
**BRASIL**



2.º SEMESTRE DE 1944  
VOLUME VI



RIO DE JANEIRO

BRASIL

# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Relação do número das cadeiras do Instituto, seus  
Patrônos e sócios que as ocupam

## P A T R O N O S

- 1 — Visconde Taunay
- 2 — General Malan d'Angrogne
- 3 — Barão do Rio Branco
- 4 — Cmt. Antonio Claudio Soído
- 5 — Almt. Antonio C. Gomes Pereira
- 6 — Gen. A. Dias de Oliveira
- 7 — Cmt. Julio Cesar Ribeiro de Souza
- 8 — Almt. Barão de Teffé
- 9 — Cmt. Mariano de Azevedo
- 10 — Cel. Sena Madureira
- 11 — Gen. Tiburcio Ferreira de Souza
- 12 — Pandiá Calogeras
- 13 — Almt. Barão de Jaceguay
- 14 — Cel. Fausto de Souza
- 15 — Almt. Barão de Melgaço
- 16 — Gen. Carlos de Campos
- 17 — Visconde de Porto Seguro
- 18 — Ten. Cel. Diogo Arouche
- 19 — Gen. Dionisio Cerqueira
- 20 — Gen. Eduardo José de Moraes
- 21 — Cel. E. C. Jourdan
- 22 — Cel. F. A. Carneiro da Cunha
- 23 — Mal. Thaumaturgo de Azevedo
- 24 — Marechal F. Chagas Santos
- 25 — Euclides da Cunha

## S Ó C I O S

- Ten. Cel. Humberto Castelo Branco, fundador
- Ten. Cel. Frederico Rondon, fundador
- Gen. Paula Cidade, fundador
- Cel. A. Damasceno Vieira, efetivo
- Almt. M. Nogueira da Gama, fundador
- Gen. J. Borges Fortes, fundador
- Ten. Cel. Afonso de Carvalho, efetivo (\*)
- Cel. Av. Lisias A. Rodrigues, efetivo
- Cmt. Frederico Villar, fundador
- Gen. M. Liberato Bitencourt, fundador
- Cel. Alvaro de Alencastre, fundador
- Cel. Genserico de Vasconcellos, fundador
- Cel. Onofre Gomes de Lima, efetivo (\*)
- Ten. Cel. Aurélio Lyra Tavares, efetivo
- Almt. Raul Tavares, fundador
- Gen. E. F. de Souza Docca, fundador
- Cap. de Frag. A. B. Pinto Guimarães, fundador
- Cel. Altamirano Nunes Pereira, fundador
- Major De Paranhos Antunes, efetivo
- Cel. R. Danton Garrastazú Teixeira, fundador
- Gen. E. Leitão de Carvalho, fundador
- Cel. José Faustino da Silva, fundador
- Gen. Valentim Benício da Silva, fundador
- Gen. Lima Mindello, fundador
- Ten. Cel. Jonathas de Moraes Corrêa, fundador
- Gen. Alipio de Primio, fundador
- Cap. Humberto Peregrino, efetivo

- 26 — Marechal H. Beaurepaire Roban — Cel. F. Jaguaribe de Mattos, fundador
- 27 — Cel. Antonio F. Pereira do Lago — Ten. M. Cavalcanti Proença, efetivo
- 28 — Almirante Saldanha da Gama — Almirante Souza e Silva, fundador  
Cel. T. Alencar Araripe, efetivo (\*)
- 29 — Gen. Jeronimo Francisco Coelho — Gen. Moreira Guimarães, fundador  
Major Frederico Leopoldo da Silva, efetivo
- 30 — Gen. João Severiano da Fonseca — Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade, efetivo
- 31 — Gen. Bernardino Borman — Gen. Tasso Fragoso, fundador
- 32 — Almt. José Candido Guillobel — Cmt. Raja Gabaglia, fundador
- 33 — Cmt. Vital de Oliveira — Cmt. L. A. de Oliveira Bello, efetivo
- 34 — Mal. Soares Andréa — Cel. Luiz Lobo, fundador
- 35 — Gen. J. I. de Abreu e Lima — Cmt. Cesar Felicano Xavier, fundador
- 36 — Gen. José Joaquim Machado de Oliveira — Cmt. Egon Prates, fundador
- 37 — Gen. Oliveira Barbosa — Cap. Adailton Sampaio Pirassinunga, fundador
- 38 — Almt. Ignacio José da Fonseca — Cmt. Didio Iratim Afonso Costa, fundador
- 39 — Gen. Couto de Magalhães — Ten. Cel. Lima Figueiredo, fundador
- 40 — Major Santos Titara — Cel. A. Pereira Ferraz, fundador
- 41 — Cel. João de Souza Mello Alvim — Cel. Jonas de Moraes Corrêa Filho, fundador
- 42 — Cap. Alfredo Pretextato Maciel da Silva — Cel. Cordolino de Azevedo, fundador
- 43 — Cmt. Luiz Baroso Pereira — Cmt. Lucas Alexander Boiteux, fundador
- 44 — Major João M. de Souza Coutinho — Cel. J. Rego Monteiro, fundador  
Cadeira vaga
- 45 — Major Francisco de Paula Borges Fortes — Gen. Francisco José Pinto, fundador  
Cap. Amir Borges Fortes (\*)
- 46 — Cel. José Saturnino da Costa Pereira — Gen. Raul Bandeira de Mello, fundador  
Major Waldemiro Pimentel, efetivo
- 47 — Mal. R. J. da Cunha Mattos — Major Severino Sombra, fundador
- 48 — Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra — Gen. Candido Mariano da Silva, Rondon, fundador
- 49 — Gen. Visc. de Maracajú — Cel. Leopoldo Nery da Fonseca, fundador
- 50 — Almt. Barão de Iguatemy — Almirante Henrique Boiteux, fundador.

NOTA — Os sócios assinalados com um "asteristico" estão eleitos, porém ainda não tomaram posse.

**PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DO INSTITUTO,  
DESDE A SUA FUNDAÇÃO**

- 1.º Presidente : Almt .Raul Tavares  
1.º Vice-Presidente: Gen. Francisco José Pinto
- 2.º Presidente : Gen. Estevão Leitão de Carvalho  
2.º Vice-Presidente: Almt. Augusto Carlos Souza e Silva
- 3.º Presidente : Gen. Valentim Benício da Silva  
3.º Vice-Presidente: Gen. Emilio Fernandes Souza Doca

**DIRETORIA DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR  
DO BRASIL**

eleita em sessão de 8-XI-1943, para o biênio 1943-45

**CONSELHO DIRETOR**

**DIRETORIA:**

**Presidente** — General Emilio Fernandes de Souza Docca  
**Vice-Presidente** — Comandante Frederico Villar  
1.º **Secretário** — Coronel Luiz Lobo  
2.º — **Secretário** — Major Severino Sombra  
1.º **Tesoureiro** — Cap. Umberto Peregrino  
2.º **Tesoureiro** — Vago  
**Bibliotecário** — Ten. Cel. Jonathas de Moraes Correia.

**COMISSÕES**

**DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA MILITAR**

- 1 — Coronel Jaguaribe de Matos
- 2 — Coronel Lima Figueiredo
- 3 — Coronel Jonas Correia

**DE HISTÓRIA MILITAR**

- 1 — Almirante Henrique Boiteux
- 2 — Comandante Didio Costa
- 3 — Coronel Alvaro Alencartre

**DE HERALDICA E MERALHISTICA**

- 1 — Comandante Egon Prates
- 2 — Comandante Lucas Boiteux
- 3 — Capitão Sudá de Andrade

**DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS**

- 1 — Coronel H. Castelo Branco
- 2 — Comandante Cesar Xavier
- 3 — Coronel Nery da Fonseca

## FISCAL

- 1 — General Lima Mindello
- 2 — Almirante Nogueira da Gama
- 3 — Coronel Damasceno Vieira

## DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Comandante Oliveira Bello
- 2 — Major De Paranhos Antunes
- 3 — Coronel Altamirano Nunes Pereira

## DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 — Comandante Pinto Guimarães
- 2 — Tenente Coronel Aurelio Lyra Tavares
- 3 — Cel. Av. Lísias A. Rodrigues

## INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

### NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Coronel Alvaro de Alencastre
- 2 — General Alipio Virgilio de Primio
- 3 — Cap. Adailton Sampaio Pirassinunga
- 4 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 5 — Ten. Cel. Frederico Augusto Rondon
- 6 — Comandante Didio Iratim Affonso Costa
- 7 — Comandante Egon Prates
- 8 — Comandante Frederico Villar
- 9 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 10 — Coronel Raphael Danton Garrastazú Teixeira
- 11 — Cel. Umberto de Alencar Castello Branco
- 12 — Almirante Henrique Boiteux
- 13 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Correia
- 14 — Ten. Cel. Jonathas de Moraes Correia
- 15 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 16 — Coronel José Faustino da Silva Filho
- 17 — General Manoel Liberato Bitencourt
- 18 — General João Fulgencio de Lima Mindello
- 19 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 20 — Tenente Coronel José de Lima Figueiredo
- 21 — Coronel Luiz Lobo
- 22 — Comandante Lucas Alexandre Boiteux
- 23 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 24 — Almirante Manoel José Nogueira da Gama
- 25 — Tenente Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz
- 26 — General Francisco de Paula Cidade
- 27 — Coronel Pedro Cordolino Pereira de Azevedo
- 28 — Comandante Antonio Buarque Pinto Guimarães
- 29 — Comandante Antonio Carlos Raja Gabaglia
- 30 — Almirante Raul Tavares
- 31 — General Emilio Fernandes de Souza Docca
- 32 — Major Severino Sombra de Albuquerque

### NOMES DOS SÓCIOS EFETIVOS:

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Capitão Amir Borges Fortes
- 3 — Major Fredrico Leopoldo da Silva

- 4 — Capitão Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Coronel Aviador Lysias Augusto Rodrigues
- 6 — Coronel Onofre Gomes de Lima
- 7 — Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade
- 8 — Major De Paranhos Antunes
- 9 — 1.º Tenente Manoel Cavalcanti Proença
- 10 — Major Waldemiro Pimentel
- 11 — Tenente Coronel Aurélio Lyra Tavares
- 12 — Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello
- 13 — Coronel Tristão de Alencar Araripe
- 14 — Tenente Coronel Afonso de Carvalho

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS E FUNDADORES:

- 1 — General Candido Rondon
- 2 — General Valentim Benício da Silva
- 3 — General Augustto Tasso Fragoso

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS:

- 1 — Embaixador J. C. de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 2 — Ministro Ataulpho de Paiva
- 3 — Ministro Gustavo Capanema
- 4 — Almirante Henrique Guilhem, ministro da Marinha
- 5 — General Eurico Garpas Dutra, ministro da Guerra
- 6 — Dr. Salgado Filho, ministro da Aeronáutica
- 7 — General Meira Vasconcellos
- 8 — General Marcelino Ferreira da Silva
- 9 — General Pargas Rodrigues

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES JA' FALECIDOS:

- 1 — Almirante A. C. de Souza e Silva
- 2 — General Francisco José Pinto
- 3 — General Raul Bandeira de Mello
- 4 — Coronel J. Rego Monteiro
- 5 — General J. M. Borges Fortes
- 6 — General Moreira Guimarães
- 7 — Coronel Genserico de Vasconcellos



## S U M Á R I O

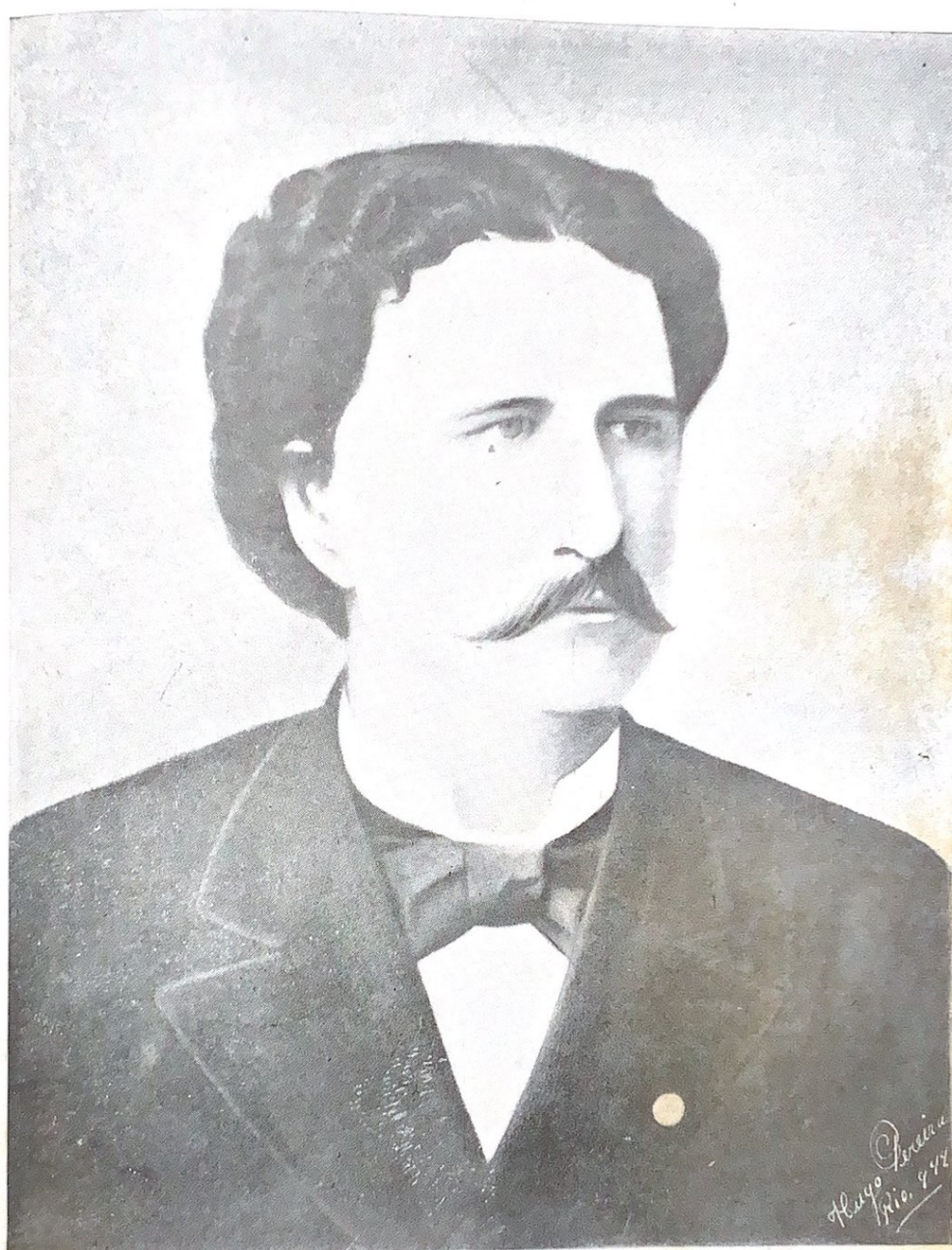
	Pag.
✓ X.º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — O DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Cel. Av. Lysias A. Rodrigues .....	67
↓ UM CAPELÃO DO EXÉRCITO NA GUERRA DO PARA- GUAY — Major De Paranhos Antunes .....	77 X
<i>Frei Fideles D'Avila (Nota de Cel. Elber)</i>	
ASPECTOS INTERESSANTES DA REVOLUÇÃO DE 6 DE SETEMBRO — Cap. de mar e guerra Frede- rico Villar .....	85
↓ "BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHAES — Marechal Reformado João de Albuquerque Serejo	123



Com êste número iniciamos a  
publicação da galeria dos  
Patronos deste Instituto



PATRONO DA CADEIRA N.º 1



Visconde de Taunay

PATRONO DA CADEIRA N.º 2



General Malan D'Angrogne

PATRONO DA CADEIRA N.º 3



Barão do Rio Branco

PATRONO DA CADEIRA N.º 6



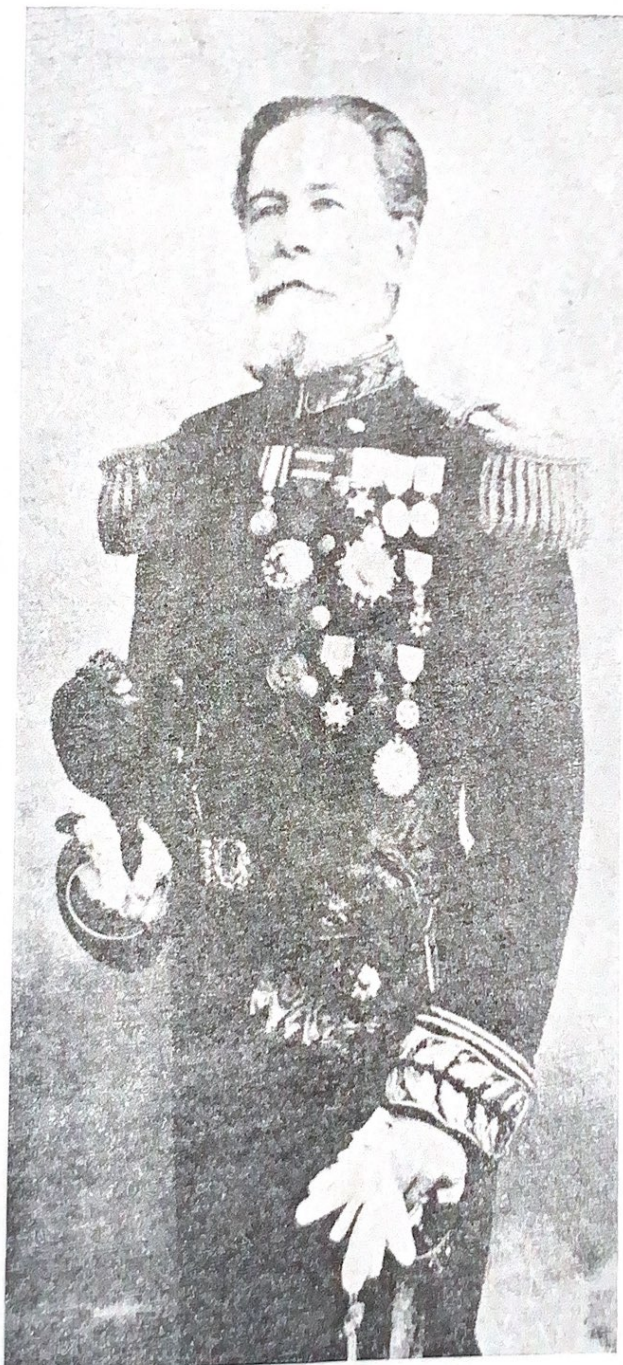
General Antonio José Dias de Oliveira

PATRONO DA CADEIRA N.º 7



Cmt. Julio Cezar Ribeiro de Souza

PATRONO DA CADEIRA N.º 8



Almirante Antonio Luiz von Hoonholtz, Barão de Tefé



**PATRONO DA CADEIRA N.º 11**



**General Tiburcio Ferreira de Souza**

PATRONO DA CADEIRA N.º 12



Pandiá Calogeras

PATRONO DA CADEIRA N.º 15



*Augusto Leverger (Barão de Melgaço)*

**Almirante Augusto Leverger, Barão de Melgaço**

PATRONO DA CADEIRA N.º 16



General Carlos de Campos

PATRONO DA CADEIRA N.º 19



General Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira

PATRONO DA CADEIRA N.º 21



Coronel Emilio Carlos Jourdan

PATRONO DA CADEIRA N.º 23



Marechal Thaumaturgo de Azevedo

PATRONO DA CADEIRA N.º 25



Euclides da Cunha



PATRONO DA CADEIRA N.º 26



Marechal Visconde H. de Beaurepaire Rohan

PATRONO DA CADEIRA N.º 30



General João Severiano da Fonseca

PATRONO DA CADEIRA N.º 31



Marechal Bernardino Borman

PATRONO DA CADEIRA N.º 33



Cmt. Vital de Oliveira

PATRONO DA CADEIRA N.º 34



Marechal Soares Andréa, Barão de Caçapava



General Couto de Magalhães

PATRONO DA CADEIRA N.º 41



Coronel João de Souza Mello e Alvim

PATRONO DA CADEIRA N.º 42



Capitão Alfredo Pretextato Maciel da Silva



**PATRONO DA CADEIRA N.º 46**



**Coronel José Saturnino da Costa Pereira**

PATRONO DA CADEIRA N.º 47



Marechal R. J. da Cunha Mattos

PATRONO DA CADEIRA N.º 50



Almirante Francisco Cordeiro Torres e Alvim  
Barão de Iguatemy

# X.º Congresso Brasileiro de Geografia

## Comunicação Geográfica

### O descobrimento do Brasil

Cel. Av. Lysias Augusto Rodrigues  
Representante do Ministério da Aeronáutica.

Por longos anos perdurou a lenda de que o Brasil havia sido descoberto por acaso, por Pedro Alvares Cabral, por ter se afastado das costas da Africa receioso das calmarias; ainda na sessão plenária última tivemos nesta douta assembléa, afirmativa erronea de igual jaez. A imensa e preciosa documentação histórica que desde ha anos, vem sendo publicada "urbi et orbe", por eruditos pesquisadores, de ha muito evidenciou a verdade por tal fórma, que hoje em dia não é mais possivel pôr em duvida o menor detalhe histórico dessa epopéa portuguesa que foi o descobrimento do Brasil.

"Brasil" — diz-nos Porto Seguro em sua História Geral do Brasil, fl. 35 — 3.º edição — "foi o nome dado pelos portugueses á parte mais oriental do novo continente, em virtude de aí haverem encontrado em abundancia certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha análoga á que até então, com êsse nome, a Europa importava da Asia. Mais tarde a denominação de Brasil veio fazer-se ostensiva ao conjunto de todas as colonias portuguesas neste Continente".

Não vamos buscar as afirmativas de Aristoteles e Strabon, prevendo a existêcia do continente americano, nem apontar-vos as expedições escandinavas á america no seculo X, para documentar esse erro, bastando tão sómente indicar os documentos que provem a vinda de navegadores portugueses ao Brasil, muitos anos antes da descoberta da America pelos hespanhoes.

O Reverendo Padre Mestre Dr. Frei Gaspar da Madre de Deus, na sua "Noticia dos anos em que se descobriu o Brasil" (Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, Vol. 2 do Tomo II de 1840) nos conta:

"Uma tempestade horrosa, que constituiu Afonso Sanches na precisão de discorrer por mares nunca d'antes navegados até altura, d'onde avistou certa terra desconhecida, á qual não pôde arribar, como desejava, por se mudarem os ventos para rumos contrarios ao seu designio, ocasionou a este piloto Andaluz, como dizem uns, ou Portuguez, como querem outros, a ventura de noticiar no mundo antigo a existência do novo".

Assis Cintra em suas "Revelações históricas para o Centenário", transcreve um documento existente no Livro 138, fls. 148 e 149 dos "Arqui-reservados do Vaticano", referentes ao ano de 1343, que nos dá maiores detalhes sôbre a afirmação de Frei Gaspar da Madre de Deus. Diz êste documento:

"Num dia aportou em Lisbôa um dos capitães — Sancho Brandão. Desgarrando-se do mar do Occidente, castigado pela tempestade e impellido por uma corrente misteriosa, o capitão Sancho alfim abordava uma terra magnifica, habitada por homens nús, opulenta em arvores de tinta vermelha, tentara contorna-la, navegando para o Norte. Não o pôde porém descobrir outras ilhas. Carregando consigo alguns homens e algumas produções da terra, Sancho Brandão e seus bravos marinheiros velejaram para Portugal, anciosos para incrustarem na Corôa Portugueza a Gloria do primeiro descobrimento dos mares do Occidente.

Orgulhoso pela vitória conseguida e grato ao valente marujo que lhe déra uma terra nova, Affonso IV batisou a Grande Ilha do páo vermelho com o nome de ILHA DO BRASIL.

“Em 12 de Fevereiro de 1343, como era de praxe, o rei comunicou ao papa Clemente VI o auspicioso acontecimento em carta escrita de Montemor o Novo, e assim se expressou:

Diremos reverentemente a Vossa Santidade que os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas do Occidente... Dirigimos para alí os olhos do Nosso entendimento, e, desejando por em execução o Nosso intento, mandamos as Nossas gentes e as Nossas náus para explorarem a qualidade da terra, as quais abordando as ditas ilhas, se apoderaram por força de homens e animais e outras coisas, e as trouxeram com grande prazer aos Nossos Reinos”. Apenso a esta carta havia um mapa da região descoberta, com a inscrição: “Insula de Brasil”.

Esta Ilha do Brasil em 1351 já figurava no portulano dos Medicis, embóra sem precisão de contornos e posição geográfica exata, mas com “uma configuração aproximada da da America do Sul”.

Em 1360 Ranulf Nyggeden desenhava um mapa mundi, que se acha hoje no British Museum, no qual se vê a Ilha do Brasil bem colocada e bem configurada. Em 1375, Carlos V, rei de França, mandou ao Vaticano um cartógrafo da Maiorca para copiar o mapa de Sancho Brandão, levando ordem de corrigir e ampliar o original, de acôrdo com os resultados das expedições feitas desde 1343 até esta data. Este mapa achava-se na secção de Iconografia da Bibliotéca Nacional de Paris (III, 132, s. XVI). Nele já se encontra a Ilha do Brasil com a conformação e posição da America do Sul, mais ou menos igual á do Mapa Mundi de Nyggeden.

Assis Cintra nos informa igualmente que no mapa dos irmãos Nicoláu e Antonio Zeno, de 1380, consta a Ilha do Brasil.

Que as descobertas marítimas continuaram prova-nos o mapa de Becharia, de 1435, no qual são indicadas diversas ilhas na costa americana inclusive a ilha do Brasil, e a Antília; querendo mostrar que tais ilhas já eram conhecidas, o autor anotou: "Insule di nuovo reperte".

Quando Gonçalo Velho a instancias do Infante D. Henrique, meteu a prôa da sua caravela Atlantico a dentro, rumo ao oeste, iniciava sem o saber a era das grandes explorações sistemáticas do occidente. Para se ver o vulto deste movimento, basta dizer que de 1431 a 1446 saíram de Sagres mais de 50 caravelas para descobertas marítimas. A maior parte destes ousados navegadores trouxe notícias dessas descobertas, quer na costa africana, quer na das Americas, informações essas que foram concatenadas em um mapa por André Bianco em 1436. Nesse mapa vem a Ilha do Brasil com a positiva indicação: "Ilha autentica a 1500 milhas ao poente".

Esse mesmo cartógrafo, segundo Faustino da Fonsêca em "A descoberta do Brasil" diz:

"Numa carta do seu portulano, feita em 1448, ao dar conta das descobertas portuguezas, torna a apresentar o Brasil, mas, de uma forma mais precisa na parte oeste e sul do Cabo de S. Roque, ao sul das ilhas dos Hermanos, Fogo e Brava de Cabo Verde, na sua verdadeira posição em face da costa da Africa, comquanto mais próxima do que realmente está, erro que cáem muitos cartografos, mesmo no seculo XVI, e a que D. João de Castro aludia no seu Roteiro".

No reinado de Affonso V de Portugal, as descobertas foram ativadas ao maximo. Duarte Galvão no seu "Tratado dos Descobrimentos" nos diz que:

"Nêste tempo foram ilhas e terras descobertas de que já não há memoria".

"Em 1473, Fernão Telles apresentou a D. Affonso V e a Junta de Geógrafos e Matemáticos presidida pelo Infante D. João, o roteiro de suas descobertas transoceanicas. Acompanhava êsse roteiro um Mapa, em que se achava figurada extensa costa, bordada de ilhas, enseadas e rios".

O Cel. Arnaldo Damasceno Vieira em "Falseamentos da nossa historia" diz:

"Verifica-se que as terras solicitadas por Fernão Telles, compreendem a costa norte do Brasil, desde o Maranhão até ao Ceará, com os respectivos acidentes terrestres e hidrograficos, e a representação do delta do Rio Parnaíba, no Piauí".

A carta de doação das terras a Fernão Telles é datada de 28 de Janeiro de 1474 e nela reza:

"... Nos praz que indo elle ou mandando seus navios ou homens ás partes do mar ociano..."

A 10 de Novembro de 1475 Fernão Telles recebe nova carta de doação que, segundo o Dr. Gaspar Frutuoso em "Arquivos dos Açores" (VII):

"... esclarece completamente a primeira, o que manifesta que depois da concessão dela se deram circunstancias que só podiam dar-se no reconhecimento das terras doadas, das terras da America.

Fernão Telles sabia o valor do que pedira e D. Affonso conhecia o alcance do que doava, ambos tinham conhecimento da America... e da importancia do seu aproveitamento".

Basta dizer que a doação feita era:

"como o rei tinha autorgado de Guiné ao Infante D. Henrique".

Desde 1470 havia intensa navegação para as costas da America do Sul por causa do páo Brasil, de tal sorte que o rei Affonso V, a 19 de Outubro de 1470, baixou uma Carta Régia na qual

"proibia ás pessoas que tinham o privilegio de commerciar com a Guiné, negociarem com as tintas do Brasil, que estavam reservadas para Si."

Diz o Cônego Dr. Fernandes Pinheiro:

"havia tal navegação para lá (Brasil) em 1475, que era preciso defender com fortes penalidades a concessão de Fernão Telles".



O rei de Portugal á medida que novas descobertas eram feitas e que o trátego a aumentava, tratou de salvaguardar melhor seus direitos, uma vez que tais descobrimentos eram guardados em segredo. Provocou a assinatura de um Tratado com Castella, que recebeu o nome de Alcaçovas, em 1479, pelo qual ficou estabelecido que:

“Não só a costa da Africa como todas as ilhas descobertas, ou que se viessem a descobrir no Mar Ociano (excepto as Canarias) pertenceriam a Corôa Portugueza”.

Era indiscutivelmente um golpe inteligente da diplomacia portugueza, que assim assegurava largas extensões já descobertas por portuguezes e sua exploração, em segredo.

A carta de confirmação da doação feita por D. João II a Fernão Dulmo e João Affonso do Estreito a 3 de março de 1486 (vêr “Alguns Documentos da Torre do Tombo pag. 58):

“vêm revelar a existência de trabalhos da maior importância relativos á America, em que não se trata mais de descoberta, mas de posse efetiva da conquista, da ocupação”.

Fernão Dulmo era genro de Fernão Telles.

A consequência natural dessas continuas viagens á America do Sul era o povoamento da terra, e o Doutor Jordão de Freitas o prova cabalmente citando o documento que encontrou na Torre do Tombo, denominado “Provarás”:

Diz o 3.º Provará:

“Antonio Corrêa, Gonçalo Leite, Bartholomeu Ferraz e Gaspar Palha

entendem provar que no ano de 1531, em tal mês, a náu e gente que se diz serem do autor, foram ter a Pernambuco porto do Brasil, onde estava um castelo e fortaleza feita por El Rey Nosso Senhor, a seus vassallos portuguezes, a qual havia 30 anos e mais que no dito porto era feita, e era dito Castello e porto habitados por portuguezes que tinham aí suas casas de morada havia quarenta anos e mais...”

Tratava-se portanto de portuguezes que moravam em Pernambuco desde antes de 1490.

Igual prova nos dá Frei Gaspar da Madre de Deus na sua "Noticia", cotando o testamento de João Ramalho, então em suas mãos, de 3 de Maio de 1580, onde João Ramalho afirmava "havia 90 anos assistia naquela terra", isto é, em 1490 também. E Frei Gaspar da Madre de Deus frisa o fato de isso ser verdade, porque si não o fôra, testemunhas ali presentes o teriam certamente contestado.

Quando Colombo foi procurar D. João II, propondo-se a descobrir a América, era lógico que D. João não podia aceitar a proposta de alguém que queria descobrir uma posesão sua que explorava em segredo. Os portuguezes sabiam também, como Colombo chegara ao conhecimento daquelas terras, por suas ligações com portuguezes. Ora, tal descoberta seria uma ameaça séria que obrigaria os portuguezes a tornarem pública sua posse, sob pena de a perder.

São sobejamente conhecidos os fatos passados então. A ação de Colombo fez caducar automaticamente o Tratado de Alcaçovas e a Bulla de Nicoláu V de 8 de Janeiro de 1454. A Bulla "Inter Coetera" de Alexandre VI fazia Portugal tudo perder de um só golpe. Portugal toma atitude decidida e surge o celebre Tratado de Tordesilhas, com o qual os portuguezes contavam garantir suas conquistas mais valiosas.

Morrendo D. João II, sóbe ao trono portuguez D. Manoel, congnominado posteriormente "o Venturoso", que quiz logo saber qual o território exato que pertencia a Portugal por esse Tratado.

É então que é aprestada a esquadra de Duarte Pacheco, que viria acompanhada por mestre Martim Behaim.

Em "Esmeraldo de situ Orbis" Duarte Pacheco relata a viagem, onde diz (Livro I, Cap. III, fl. 3):

“E portanto bemaventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano do Vosso Reinado, do ano de mil quatro centos e noventa e oito, nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental passando a grandeza do mar Ociano onde é achado e navegado numa tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a 70 grãos de ladeza da linha equinoxial contra o pólo Artico... por esta mesma costa sobredita, do mesmo circulo equinoxial em diante por vinte e oito graos de ladeza contra o pólo antartico, he achado nela muito e fino Brasil.”

Si do Equador para o norte Duarte Pacheco vai até ao Labrador, possessão portugueza, para o sul a posse portugueza vai só até 28° de ladeza. D. Manoel assistido por bons diplomatas resolve então, usando astucia contra astucia, “descobrir” oficialmente o Brasil.

Apresta uma esquadra, dá seu comando a Pedro Alvares de Gouveia, depois Pedro Alvares Cabral, anuncia que ela vai ás Indias e prepara uma saída espetacular para chamar a atenção dos outros países, tendo mesmo o cuidado de não trazer a esquadra marcos de posse, o que era habito corriqueiro. A esquadra encontrou bom tempo em toda viagem. Como justificar a mudança de rumo para vir fazer a descoberta oficial do Brasil.

Espalha-se a notícia da fuga das calmarias! tudo corre bem, até mesmo a propagação dessa lenda. Portugal neutralisára o golpe hespanhol. Todas as descobertas pre cabralinas, que a supressão do segredo real libertou, evidenciam de sobejo que o Brasil antes da viagem de Cabral era, não só conhecido mas povoado por portuguezes; mais, toda a costa americana era também descoberta deles, desde o Labrador ao rio da Prata.

Quanto à afirmação errônea aqui feita sôbre a descoberta dos rios Amazonas e Oypock por Pinzon, lenda devida quasi toda a Varnhagen, não resiste hoje ao embate dos argumentos apresentados por Duarte Leite em "Descobridores do Brasil", nem áqueles apontados pelo Cel. Ignácio José Verissimo em "Falsos precursores de Cabral".

Aiás, a douta peroração do professor Jaime Cortesão, neste Congresso, provou a impossibilidade de Pinzon ou de qualquer outro hespanhol ter vindo ao Brasil antes de 1500.

E' o que tinha a dizer, Sr. Presidente, para não deixar passar sem resposta as afirmações históricas inverídicas proferidas nêste Congresso.

# Um Capelão do Exército na Guerra do Paraguai

Major De Paranhos Antunes

FREI FIDELIS D'AVOLA — Os serviços prestados com abnegação e caridade ao exército brasileiro, na guerra do Paraguai, pelo capuchinho Frei Fidelis D'Avola foram sem conta e inestimáveis. Era Frei Fidelis napolitano, mas, logo que iniciámos a guerra, ofereceu-se para seguir como capelão junto a qualquer força.

O Ministro da Guerra, aceitando os seus serviços, nomeou-o, a 19 de maio de 1865, para servir no Exército do Sul, em operações ainda no Estado Oriental, sob o comando de Osório. O aviso do ministério da guerra daquela data declarava que eram nomeados os religiosos capuchinhos Frei Fidelis d'Avola e Frei Jerônimo do Monte Fiori para servirem no exército de Osório “sendo empregados nos hospitais com um subsídio equivalente ao soldo e etapa que vencem os Capelães Alferes do Exército sem perceberem mais outras vantagens além de uma besta de bagagem quando estiverem em marcha, ficando-se na inteligência de que os ditos religiosos seguem para o seu destino acompanhados por um servente de nome Manoel José, o qual vencerá as vantagens de enfermeiro do Exército”. Este aviso foi transcrito por Osório em sua ordem do dia n.º 33, de 7 de junho de 1865.

O exército brasileiro possuía um hospital de sangue em Montevidéo e outro em Salto. A 2 de julho de 65, porem, Osório, com aquela sua poderosa capacidade de administrador, organisava um hospital ambulante chefiado pelo 1.º cirurgião, dr. Praxedes Gomes de Souza Pitanga, auxiliado por mais 4 médicos, um almoxarife, um escrivão, um enfermeiro-mór, 3 cabos enfermeiros, 6 serventes, e tendo como capelães os reverendos Américo Augusto de Carvalho Coelho dos

Santos, Frei Fidelis d'Avola; Frei Jerônimo do Monte Fiori e o já citado Manoel José, na qualidade de acólito.

Começam daí os valiosos serviços de Frei Fidelis d'Avola ao exército nacional.

Em 3 de setembro do mesmo ano, em vista do grande número de doentes, e por ser contraproducente a reunião de muitos enfermos em um só lugar, resolveu Osório dividir o hospital ambulante referido em 5 secções, correspondentes ás 4 divisões do exército e a uma brigada de artilharia, ficando o capuchinho Frei Fidelis adido á primeira secção.

Osório, por esse tempo, trabalhava ativamente na organização do exército confiado ao seu comando, reclamando até um "altar portatil para o serviço religioso" em campanha.

A vida de Frei Fidelis ia ser daí por diante, durante os ásperos 5 anos de guerra, pelos acampamentos, a vida do soldado e do missionário ao mesmo tempo.

Quando Osório tomou pé em territorio Paraguaio, no Passo da Pátria, tinha ao seu lado três sacerdotes capelães, entre os quais o nosso capuchinho. O 1.º corpo de Exército possuía 19 capelães, todos pertencentes á repartição eclesiástica, afóra os capelães, em comissão, que acompanhavam os corpos de voluntários da pátria.

Taes serviços prestou o abnegado Frei Fidelis, ao pizarem nossas forças o sólo inimigo que Osório fez-lhe duas citações elogiosas em ordem do dia sendo a primeira na de n.º 153, do teor seguinte:

"São também dignos de menção os sacerdotes que têm acompanhado nos hospitais de sangue o corpo de saúde, especialmente o reverendo Frei d'Avola, que com verdadeira caridade evangélica consolava os feridos, prestando-lhes ao mesmo tempo, pessoalmente, todos os serviços tendentes a minorar os seus sofrimentos". E logo a seguir, na ordem do dia n.º 156, de 28 de maio de 1866, dizia o grande Osório: "O reverendissimo missionário capuchinho, Frei Fidelis D'Avota é também credor de particular menção, pela caridosa dedicação, desvelo e zelo que tem sempre consagrado a nossos feridos e enfermos".

Além dos dois elogios do general Osório, o Brigadeiro Jacinto Pinto de Araujo Corrêa, chefe do Estado Maior, também, por sua vez, citou Frei Fidelis em sua parte de combate, pondo em destaque as suas qualidades de sacerdote.

O nome do humilde e bom capuchinho chegára até o sólio imperial e D. Pedro II mandou elogiá-lo, ficando registado, em ordem do dia, do ministério da guerra, o seguinte a seu respeito: "Por aviso, datado de 20 de junho próximo findo, mandou Sua Majestade o Imperador louvar os bons serviços do revendo missionário Frei Fidelis D'Avola (siliciano), que se tornou digno de menção especial entre os sacerdotes que têm acompanhado o corpo de saúde nos hospitais de sangue do 1.º Corpo do Exército em operações contra o Paraguai pela verdadeira caridade evangélica com que êle consolava os feridos prestando-lhes ao mesmo tempo, pessoalmente, todos os serviços tendentes a minorar seus sofrimentos como consta da ordem do dia do comando em chefe do mesmo corpo de exército sob n.º 153, de 11 de maio ultimo (1866).

E foi, pelos seus méritos de sacerdote, querido e acatado pelos soldados do Brasil, que o Império, a 27 de julho de 1866, concedeu-lhe as honras de capitão capelão, "em atenção aos relevantes serviços prestados ao 1.º Corpo de Exército em operações contra a República do Paraguai".

A 24 de maio de 1866 feria-se a grande batalha de Tuiuti, tendo Frei Fidelis, como sempre, sido incansavel, no seu sagrado ministério, razão porque foi elogiado pelo dr. José Muniz Cordeiro Gitahi, chefe da ambulância volante da 1.ª Divisão do Exército, "pelos serviços que prestou, quer no exercício de seu ministério, quer auxiliando na acomodação e transporte dos feridos". E o número de feridos socorridos nesse memoravel dia, só pela ambulancia da 1.ª Divisão, foi superior a 300!

Nos dias 16 e 18 de julho do mesmo ano, travaram-se outros dois sangrentos combates e o já citado cirurgião mais uma vez citou Frei Fidelis, em sua parte regulamentar, sendo que o chefe da 1.ª secção dessa ambulância declarou ao doutor Gitahi que Frei Fidelis se portou "com a maior dedicação e piedade religiosa, não só prestando socorros espiri-

tuais aos que deles precisavam, mas também auxiliando eficazmente na melhor acomodação dos feridos”.

Quando, em 1868, os paraguaios, depois de muitos meses de um cerco cada vez mais apertado, abandonaram a célebre Humaitá, foram, dias depois, cercados nas matas próximas. Narra, a propósito, o general Bernardino Bormann, em sua “Historia da Guerra do Paraguai”: “Ao saber o marechal Caxias que muitas mulheres e crianças eram dilaceradas pela nossa metralha, condeu-se e, obedecendo aos seus elevados sentimentos de humanidade, encarregou o venerando capitão do exército Frei Fidelis d’Avola para, em nome da religião, intimar a guarnição a que se rendesse, certa de que a vida lhe seria poupada. Duas vezes o sacerdote, acompanhado de algumas pessoas, levando bandeira parlamentar, dirigiu-se á trincheira inimiga; mas a metralha de 6 canhões e uma viva fuzilaria, fizeram-no recuar”. A mesma tentativa ia ser feita pelo padre Esmerate, poucos dias depois.

Diz José Leite da Costa Sobrinho, em um artigo: “Foi a 11 de dezembro de 1868. Pelejava-se no potreiro Val de Vinos, nas margens do arroio de Avaí, a sangrenta batalha desse nome; mesclava-se o ribombo dos canhões de guerra com o rolar lúgubre dos trovões do ceu, pois desabára tremenda tempestade... Chegára o momento culminante da batalha. Dois batalhões brasileiros, o 36º e o 44.º de voluntários da Patria, colocando no centro da linha inimiga, faziam frente heroicamente ao infernal fogo dos paraguaios. O legendário general Osório está á nossa frente; compreende o general paraguaio que havia chegado o momento decisivo da ação e, á frente dos seus 4.000 lanceiros, dá o sinal de carga... Neste momento aparece a figura veneranda de Frei Fidelis e, levantando o crucifixo que trazia na mão direita, lança a absolvição nos batalhões brasileiros; estes dominados pelo instinto religioso prostam-se de joelhos e assim recebem a sagrada benção! Isto redobra o valôr de nossos soldados, a terrível carga da cavalaria paraguaia é rechaçada á ponta de baioneta, e os nossos bravos avançam a passo de carga sôbre a artilharia inimiga, que é tomada de assalto, declarando-se



uma hora depois esplêndida vitória". Eis aí um rasgo heróico do grande capuchinho, que bem diz o que valia como sacerdote. O mesmo autor acima declara que Frei Fidelis saía quasi nú dos combates, rasgando suas vestes para pensar os feridos e que o seu soldo era gasto nos hospitais com os doentes.

Caxias, na sua longa ordem do dia n.º 272, de 14 de janeiro de 1869, diz que os médicos no tratamento dos feridos foram em tão santa missão dignamente coadjuvados pelo corpo eclesiástico, salientando o nome de Frei Fidelis. Após esta ordem do dia, Caxias deixou o Comando, sendo substituído pelo Conde D'Eu. Taunay, o imortal autor de "A Retirada de Laguna", que acompanhou o Conde d'Eu, na última fase da Guerra, narra em seu livro "Recordações" este fáto. Luque, vilota do Paraguai, fôra ocupada pelas nossas forças, em principios de 1869. Havia ali uma pequena igreja. A 25 de abril, escrevia Taunay, em seu diário: "Nesta igreja, todas as noites dá-se um tocante espetáculo. É o virtuoso Frei Fidelis d'Avola, o bom e tão util capuchicinho, que reza o terço acompanhado pela voz comovente do pobre soldado. Aí acodem êles de motu-próprio a erguerem á virgem as sentidas palavras da ladainha; depois ouvem as exhortações do sacerdote, e esses homens, ao menos uma vez por dia, têm momentos de meditação religiosa tão util nesta vida de lutas".

Lê-se, no diário do Exército, as ocorrências do dia 11 de julho de 1869, domingo: "Ás dez horas da manhã chegaram pelo primeiro trem da estrada de ferro os srs. conselheiro Paranhos e dr. Roque Péres com os seus respectivos secretários. Depois do almoço, Sua Alteza, seguido de numeroso estado maior, dirigiu-se ao campo onde se achava em parada o 1.º corpo de exército e recebeu a continência feita pelo tenente general Visconde do Herval. Galopando pela frente e retaguarda de toda a fôrça que se havia alinhado em duas linhas paralelas em razão da estreiteza do terreno, Sua Alteza foi em seguida apear-se junto ao altar, erecto de véspera, e onde, ás onze horas e meia, Frei Fidelis d'Avola celebrou a missa. Finda ela começou a cerimonia do benzimento das bandeiras ao som das músicas e das salvas de artilharia que fize-

ram-se também ouvir por ocasião da elevação da Sagrada Hóstia". Essa brilhante festa cívico-religiosa terminou com a entrega de medalhas de mérito militar a alguns dos nossos bravos soldados.

Retratando, moralmente, o querido capuchinho deixou-nos Taunay algumas linhas, em um dos seus livros, bastante expressivas: "Não era Frei Fidelis homem instruído como geralmente sucede aos padres de sua ordem, recrutados quasi sempre para pregar ás massas populares, mas tinha grande coragem e sangue frio e era eminentemente caridoso e abnegado. Digno de grande respeito, distinguia-se pelo seu espirito cristão e sacerdotal, quer no campo de acção, quer na prática da declaração hospitalar. E como êle se apontam diversos..." Este, o valioso testemunho de Taunay, que conheceu de perto a Frei Fidelis e, pôde-se dizer, foi o nosso único cronista da guerra do Paraguai, deixando preciosas e vigorosas impressões, não só em seu livro máximo "A Retirada da Laguna" como em "Recordações" e em "Cartas da Campanha".

Lopez dava os últimos extertores. Encurralado nas Cordilheiras, ali vivia qual extranha fêra, de grotta em grotta, de vale em vale, cada vez mais feroz e sanguisedento e, dia a dia, mais cercado e mais falho de recursos. Tinha seus dias contados o tirano.

Frei Fidelis podia, enfim, descansar. Quantos horrores vira o devoto capuchinho?! Para quantos teria dado a extrema-unção, ministrando o sagrado viático?! Quantos sofrimentos minorara a sua comprovada caridade. E de que bençãos lhe não cobriram esses mesmos soldados que, num leito de hospital, ausentes da pátria e da familia, tiveram junto de si, êste e outros sacerdotes, representantes do Eterno neste vale de lágrimas, consolando suas dores e aflições!...

Terminada sua missão junto ás nossas forças, o Inter-núncio Apostólico, enviado por Pio IX ao Brasil, nomeou Frei Fidelis vigário forâneo da diocese da República do Paraguai. O diario do Exército de 4 de janeiro de 1870 registou: "Tendo, em data de 14 do mês passado, o Sr. D. Serápio Ma-

chain, secretário das relações exteriores do governo provisório do Paraguai, comunicado a Sua Alteza que, pelo Inter-núncio Apostólico e enviado extraordinário da Santa Sé no Brasil, fôra nomeado vigário forâneo da diocese da república o missionário capuchinho Frei Fidelis Maria d'Avola, o qual, como capelão do exército brasileiro, carecia de licença para transportar-se a Assunção afim de desempenhar suas importantes funções, respondeu o sr. Príncipe que satisfazia gostoso tão justo pedido e que com brevidade seguiria de Curuguatí aquele missionário". E, poucos dias depois, com o carinho de todos, despedia-se o glorioso capuchinho do exército, a que tanto servira.

De regresso ao Brasil, anos mais tarde, veio Frei Fidelis a falecer de um ferimento de bala recebido em sua cela, por ocasião da revolta da armada no Rio. E assim findou sua util existência, ainda ouvindo o sibilar das balas!



**Aspectos interessantes da revolução de 6 de setembro.  
A atitude de Augusto de Castilho e a intervenção estrangeira  
na revolução da esquadra em 1893.**

CONFERÊNCIA REALISADA NO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL, SALÃO NOBRE DO CLUB NAVAL, A 20 DE SETEMBRO DE 1944

pelo Capitão de Mar e Guerra  
Frederico Villar

Recordando fatos desenrolados no alvorecer da República e trazendo a êste Instituto meu depoimento individual como testemunha e participante dos acontecimentos de 1893, não pretendo, absolutamente, discutir as causas políticas do Movimento Revolucionário que então sacudiu e ensanguentou o País, nem demolir os homens que o combateram no Governo ou com as armas na mão. Venho apenas analisar serenamente alguns interessantes aspectos da Revolta da Armada e mostrar a influência sôbre ela exercida pela intervenção das Forças Navais estrangeiras aqui estacionadas naquela ocasião.

Os outros prismas, pelos quais poderíamos encarar a Revolução de 6 de Setembro — os seus próceres, as suas causas e os seus efeitos políticos — não poderão ser devidamente julgados senão quando o tempo houver clareado os horizontes da crítica, deixando-os suficientemente nítidos para permitir a sua projeção em verdadeira grandesa na História.

“Na apreciação dos fatos, disse Euclides da Cunha, o tempo substitue o espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla”.

Senhores! Eu contava pouco mais de dezessete anos de idade quando o Brasil foi lançado nos azares da Revolução de 6 de Setembro. Era então um simples Aspirante do segundo ano superior da Escola Naval, onde o tempo, escasso para os estudos e exercícios, ali intensamente desenvolvidos, não sobrava para preocupações de outra qualquer natureza.

Lembro-me bem daquela manhã enevoada e fria, de céu encoberto por nuvens ameaçadoras, de fins de inverno, quando os nossos navios de guerra desfraldaram a bandeira branca, símbolo do Movimento, que então estalara, chefiado pelo **Almirante Custódio de Melo**.

Ainda estou a ver, ao clarear do dia, o **Almirante Saldanha**, sempre matinal, na esquina sudoeste do velho edifício da Escola, na ilha das Enxadas, mostrando-se um tanto irritado e lançando para o Poço, onde estava a Esquadra, o seu binóculo prescrutador.

Alguns Oficiais, Guardas-Marinha e Aspirantes, entre os quais estava eu, seguiam-no insensivelmente, a curta distancia, procurando adivinhar os seus pensamentos e ouvindo-o examinar a situação que se nos antolhava...

Observávamos atentamente os seus gestos, a sua figura varonil e elegante, a energia e propriedade de seus conceitos, admirando o relêvo da sua inconfundível personalidade. Compreendíamos as suas preocupações paternas para conosco e as suas responsabilidades pessoais como Diretor da Escola Naval, querendo roubar-nos á terrível voragem da guerra civil, naquele momento tão grave para a Nação e para a Marinha, que ameaçava desaparecer.

Todos nós experimentávamos uma grande apreensão diante da marcha dos acontecimentos, que tomavam aos nossos olhos um aspecto verdadeiramente dramático!

Alheios ás competições dos partidos que se degladiavam na arena política nacional, estávamos, além disso, em vésperas de exames e ignorávamos o rumo que as cousas tomariam...

Sentíamos uma viva curiosidade pelos acontecimentos da Revolução, cujos primeiros feridos começavam a manchar de sangue as lanchas e rebocadores que se lançavam ao ataque

dos pontos fortificados e á abordagem dos navios mercantes atracados ás mortonas da Saúde, onde hoje se encontra o cais do porto. O ribombar dos canhões e o ruído particular da fuzilaria e das metralhadoras — e os corpos de Officiais e Marinheiros que ali chegavam despedaçados pelas granadas, nos enchiam de irresistivel excitação. A bravura da gente da Marinha e das Fôrças do Exército e Patriotas que defendiam o litoral, nos causava vivo entusiasmo — era uma cousa impressionante.

O Almirante Saldanha percebia a nossa anciedade e penetrava profundamente em nossos sentimentos. Avesso por principio e por instinto a toda idéia de participação da Marinha na política partidária, apodera-se dele uma profunda consternação diante dos acontecimentos que então se desenrolavam na Guanabara, acontecimentos cuja consequência seria, fatalmente, a destruição das suas apaixonadas tentativas de construção da Nova Marinha, transformando-as impiedosamente em infindáveis e martirisantes obras de Sisifo. Isso tornaria impossivel a restauração do Poder Naval, com que êle sonhara e, de que a Nação carecia para segurança da sua integridade, soberania e defesa.

\* \* \*

Foi de sua boca que primeiro ouvimos o elogio da obra patriótica dos Andradas — José Bonifácio e Martin Francisco — relativa á criação da nossa primeira Esquadra, citando-nos o seu inolvidável Decreto de 1822, que assim resava:

**“O Governo tomará todas as providências urgentes que se tornam necessárias para o Nascente Império possuir uma Esquadra apta a defender-lhe, quer a extensa costa, quer o rico, ameno e fértil território, e também capaz de lhe assegurar o comércio de seus continuos portos, uma vez que a Providência talhou para o Brasil os mais altos destinos da Glória e Prosperidade — que só podem ser defendidos por uma Marinha respeitável”...**

**“A segurança de nossas aguas, dizia-nos o nosso saudoso e querido Mestre, é vital para que a Nação possa viver unida,**

tranquila e feliz, no usufruto das vias de comunicação que o Oceano, os rios e lagoas oferecem á riqueza, prosperidade e segurança do Brasil”.

“Marinha, dizia-nos o Almirante Saldanha, não se improvisa. Ela exige um custoso aparelhamento material, uma organização de Serviços e uma capacidade técnica do pessoal, por tal forma complexos, que tornam extremamente precária a instituição, sem o devido preparo — incompatível com os azares das mudanças, danos e improvisações a que fatalmente conduzirá a falta de continuidade de ação e de unidade de doutrina — essenciais á existência de uma Fôrça Naval”.

São exigências características da organização do Poder Marítimo, indispensável á defesa militar e econômica de um país, cuja fronteira oceânica se estende por 9.500 kms. de costas, nas quais se lançam vastas e profundas lagoas, rios caudalosos e ribeiros empolados com mais de 50.000 kms. de curso navegável!

Não será jamais possível aliar tais exigências com os procesos e variantes de rumos das competições político-partidárias, que tudo arruinam...

A Marinha, poderosa e organizada nos moldes das grandes potências — exclusivamente destinada a instrumento da defesa nacional e ao desenvolvimento das indústrias marítimas — era, por isso, a máxima, senão a única preocupação do nosso Almirante e querido Mestre. Em seu modo de ver ela devia ficar afastada dos caprichos e ambições de caudilhos demagôgos. Ele sabia, melhor do que ninguem, quanto de cultura, de paciente labor, de tenacidade, de esforço e de infatigável espirito de ordem representa para a Nação uma Marinha de Guerra, em cujos navios a multiplicidade de aspectos técnicos exige uma correspondente multiplicidade de elementos de disciplina e de perfeito valor profissional para conseguir-se uma razoável eficiência militar!

Assim pensando, desejava Saldanha reduzir ao mínimo os efeitos destruidores, as consequências desastrosas da guerra civil, que êle não houvera conseguido impedir, e a cuja calamidade desejava anciosamente furtar-nos, retendo-nos na

Escola, fóra do alcance da Revolução, cujo insucesso, aliás, êle, com a sua visão aquilina, prognosticava...

“O Almirante Melo se engana, dizia ele a 6 de Setembro — o Marechal é bravo e reagirá! E assim foi.

\* \* \*

A primeira ação de relativa importância dos Revolucionários da Esquadra de Melo contra o Governo, foi o bombardeio das fortalezas da barra — no dia 13 de Setembro — sete dias depois de declarado o movimento.

Até então Saldanha se isolara inteiramente dos combatentes, continuando, todavia, a manter relações oficiais com o Governo, cujo Chefe o tinha na mais alta estima pessoal, sentimento que êle retribuía pelo Marechal, de cuja bravura sempre nos fazia largas referências e com quem travara relações muito amistosas no Alto Uruguai, por ocasião da defesa de Uruguaiana, na guerra do Paraguai.

Naquele dia os navios de Melo tomaram posição ao Sul da linha Villegaignon-Gragoatá e iniciaram violenta troca de tiros com as fortalezas da barra — a “tourada” — que tanto irritava o nosso Almirante, pela lamentável demonstração da inexperiência dos artilheiros de ambos os lados e pela inocuidade de semelhantes ataques, sem as necessárias forças de ocupação.

Saldanha, profundamente desolado com o que se passava, toma uma lancha e, depois de haver trocado idéias com o Almirante Baltasar da Silveira, no Arsenal de Marinha, resolve, com este, intervir como medianoiro entre Melo e Floriano. Baltasar dirige-se ao Itamarati e Saldanha — arriscando a vida — ao Aquidaban, conseguindo alí que Melo fizesse cessar o fogo da Esquadra sôbre as Fortalezas. O Vice-Presidente da República e o Chefe Revolucionário concordam com a intervenção dos Almirantes, mas em breve os pontos de vista do Almirante Melo tornaram impossível a continuação das negociações — e voltaram navios e fortalezas a novos combates, igualmente inúteis.

Não tendo colhido êxito a sua tentativa de apaziguamento, Saldanha, empenhou-se com inflexível energia em



impedir qualquer imiscuição dos seus subordinados da Escola Naval e da Fortaleza de Villegaignon — que obedecia á sua orientação — nos acontecimentos da Revolta da Esquadra, estabelecendo uma absoluta neutralidade, respeitada por ambas as partes contendoras.

Não quer envolver-se em nada. Recusa aliar-se aos revoltosos e tudo quanto o Govêrno lhe oferece — a Chefia do Estado Maior da Armada, a pasta da Marinha, uma comissão ao estrangeiro... Nada aceita: **tão sómente no interesse e pelo dever de salvaguardar a Escola Naval e seus alunos,** que eram no seu entender — **O FUTURO DA MARINHA,** dos efeitos da Revolta, mantem-se nesse posto. E' o que considera o seu dever!

\* \* \*

Saldanha era um homem fidalgo de sentimentos e de grande coração. Sempre nos recordamos do que fez pelas famílias dos oficiais e praças do "Solimões", naufragado no Sul e pela Associação Protetora dos Homens do Mar — que presidia. Os ferimentos e mortes dos seus compatriotas — revolucionários e legalistas — o enchiam de profunda tristeza. Devotou-se de corpo e alma a socorrer os que caíam. Tendo-se isolado de tudo, estendeu a sua ação benemérita à organização dos Serviços da Cruz Vermelha, que realizou maravilhosamente, auxiliado por grandes Médicos brasileiros e pelos cirurgiões dos navios de guerra estrangeiros estacionados na Guanabara.

Senhores! SALDANHA fôra sempre hostil à Revolução — ou melhor às revoluções. Repeliu várias vezes os convites que lhe foram dirigidos para chefiar Movimentos, quer os promovidos pela officialidade da Armada republicana, quer os organizados pelos monarquistas. Recusava sempre. Ainda em 1891, antes da Revolta de 23 de Novembro, o Almirante Wandenkolk e seus partidários tudo fizeram para incluí-lo entre os inimigos do Marechal proclamador da República.

Tido e havido como monarquista, Saldanha surpreende, no entretanto, os que o acreditavam sebastianista, com a sua irreduzível atitude de lealdade, e sobretudo com a sua

sinceridade de propósitos, apoiando, irrestrita e incondicionalmente, o primeiro Governo da República, contra o qual não entraria jamais em tramas, fossem elas quais fossem!

Guiava-o, pura e simplesmente, a noção do dever e não o partidário político. Consideração alguma o afastaria do seu caminho de Oficial da Armada, inteiramente absorvido pelos seus trabalhos profissionais. Numa época de conspirações, nunca transigiu com elas. O seu grande amor à Marinha e a sua dignidade pessoal o afastavam de semelhante possibilidade.

\* \* \*

Em 1893 numerosas comissões de Oficiais da Armada, uns por si, outros pela Assembléia reunida no Club Naval, insistem para que assuma a chefia do Movimento, projectado sob mil justificativas, cada qual mais poderosa. A todos invariavelmente reprova! Quando em 1890 assumiu o Comando Geral do Corpo de Marinheiros Nacionais, na Fortaleza de Villegaignon, então com grandes efetivos, julgaram os monarquistas que era azado o momento para um golpe restaurador. Ofereceram-lhe primeiramente a pasta da Marinha Imperial e depois a própria Regência! Declararam-lhe que “tudo estava pronto na Marinha e no Exército”. “Bastava apenas que Saldanha — o Regente do Novo Império — os chefiasse”. Recusou terminantemente! Ele entendia que “um regime político não deve ser constituído pela espada e sim pela livre vontade do povo”.

O Conselheiro Lafayette, que chefiava os conspiradores, e havia preparado um Movimento, que poderia tomar um carácter sério, disse aos seus correligionários: “Oferecemos-lhe uma fortuna e pedimos-lhe um pouco de audácia — e ainda recusa! Não compreendo êsse homem, sem o qual vocês dizem nada poder ser feito!”

Saldanha soube disso e indignado mandou-lhe um bilhete nos seguintes termos: “Exmo. Snr. Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira: O Contra-Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama tem a honra de informar a V. Exa| que recusa a audácia por tibieza de carácter, mas a fortuna por honestidade...”

Foi portador deste bilhete o atual Almirante **Rafael Brusque**, aqui presente, seu ajudante d'Ordens, uma das figuras mais representativas da Marinha e um dos discipulos mais amados do Almirante.

"A terceira recusa de **Saldanha**, disse **Armando Burlamaqui**, salvou a República!"

**Lafayette** mandou que o **Conselheiro Sampaio Viana** procurasse o Almirante **Saldanha**, exprimindo-lhe o seu pezar pelo incidente, reiterando-lhe, todavia, o seu apêlo, que **Saldanha**, de novo, enérgica e categoricamente repeliu.

Era mais uma repulsa sua às solicitações dos elementos monarquistas para arrastá-lo a uma atitude contra a República!

Essas as provas de que **Saldanha** não entretinha ligações políticas com quaisquer das facções partidárias.

Simultaneamente, grupos de banqueiros estrangeiros oferecem-lhe capitais — vultosos empréstimos — "para subvencionar uma campanha restauradora". **Saldanha** foi violento nos termos com que recusou semelhantes oferecimentos!

Vários outros exemplos e testemunhas eu vos poderia apresentar como provas de que **Saldanha** não tinha — nunca teve — propósitos revolucionários e muito menos restauradores. Não me pôsso, porém, eximir de citar aqui, talvez o mais valioso testemunho do que vos afirmo, o de **Roberto de Barros**, o companheiro heróico, diante de cuja impávida bravura me extasiei no combate da Armação e que se distinguiu sempre por extraordinário destemor. E' o mais puro caráter que conheço; incapaz de mentir: Certa vêz, **Roberto de Barros**, Aspirante, na ilha das cobras, dada a sua cisma republicana desde o colégio, comunicou ao Almirante que o acompanharia desde que a Revolução não visasse a restauração da Monarquia. "O Almirante **Saldanha**, que estava virado para os lados da ilha das Enxadas, refere **Roberto** — respondeu-lhe: "Vê, menino, aquela bandeira que está no "Liberdade"? E' a bandeira da Revolução"! .....

A bandeira içada naquele navio — onde o Almirante tinha o seu pavilhão — era a bandeira da República, a

bandeira nacional, que nunca foi menosprezada, que nunca foi arriada dos mastros dos navios e fortalezas a mando de Saldanha, desde que as circunstâncias o impeliram para a Revolução! A afirmativa de Roberto não pode ser posta em dúvida. “Empenho a minha palavra de honra, disse certa vez, o venerando Almirante Antonio Julio de Oliveira Sampaio — aquele bravo Capitão Tenente Ajudante do Corpo de Alunos e Comandante da força que ocupou em 1893 a ilha das Cobras — “empenho a minha palavra de honra, que Saldanha não alimentava a menor preocupação de restauração monárquica!”

Ele aqui está e eu não ousaria afrontá-lo com uma mentira! Façamos, pois, a precisa justiça! Saldanha não pensou jamais em concorrer, por qualquer forma, para a volta ao regime decaído a 15 de Novembro de 1889.

Há, além disso um outro importante argumento: Dirigindo-se aos seu presados camaradas do Exército, onde gozava de grande estima, ele lhes lembrou que em 1891 recebera deles a mais delicada, a mais elevada das distinções — ser o depositário de um documento “altamente patriótico”, firmado a 17 de Dezembro daquele ano, por Officiais dos Corpos da Guarnição desta Capital e que era um protesto dos Comandantes e Officiais de seis batalhões de Infantaria, aqui estacionados, contra os que lhes atribuíam intuítos restauradores e no qual declaravam poder o Governo contar com o seu apóio para a manunção da ordem e sustentáculo da República!” Haverá maior prova de que Saldanha não ameaçava o regime? O seu manifesto não prova o contrário: Como Benjamin Constant, em 1889, êle aconselhava o plebiscito — a expressão da vontade nacional na direção dos seus destinos!

\* \* \*

Em dezembro de 93 Saldanha é envolvido pelo Movimento nesta Capital, que segue o seu curso de incessantes ações e reações durante quatro meses mais.

Senhores! Afinal a Revolução tocava o seu termo. Estávamos em Março de 94. O Almirante Saldanha e seus coman-

dados estavam então sitiados na Guanabara e por tal forma dizimados e sem recursos, que era admirável o ardor com que ainda combatiam. Diante das baterias levantadas no litoral e nas elevações da cidade e de Niterói, a vida dos Revolucionários tornara-se extremamente difícil. Com os reduzidos efetivos de sua Fôrça — ainda mais restringidos pelas mortes e ferimentos em incessantes combates e pelas doenças que flagelavam as guarnições dos navios e das ilhas ocupadas, não seria possível pensar em operações de vulto, capazes de aliviar-lhes a situação e muito menos de decidir em seu favor o desenlace da luta. As mais poderosas unidades da Esquadra Revolucionária achavam-se no Sul: — o “Aquidaban”, o “República” e os melhores cruzadores auxiliares permaneciam em Santa Catarina. O Governo tinha agora uma Esquadra. Niterói e a Capital da República haviam aumentado de modo extraordinário as fôrças que as defendiam, à sombra de poderosas fortificações.

A potência militar dos legalistas se havia tornado, sobretudo, maior depois da declaração oficialmente feita de que a Revolução, aqui chefiada pelo Almirante Saldanha, tinha objetivos restauradores do regime monárquico no Brasil. Ora, aderindo — forçado por imperiosas circunstâncias — à Revolução de 6 de Setembro, dizia o nosso saudoso Almirante em seu manifesto à Nação, em dezembro daquele ano: “Avesso por principio e por instinto à toda idéia de revolta, jamais entrei em conluio de qualquer espécie. Hoje, porém, no doloroso momento histórico que atravessa a Pátria brasileira e o próprio Governo, são as mesmas circunstâncias do país que nos impelem para a luta. Reuno-me sem prévios conchavos, aos meus irmãos que ha um ano nas campinas de Rio Grande do Sul e ha três meses na baía desta Capital pugnam valorosamente pela libertação da Pátria brasileira”.

A lógica, assim como a justiça dos fatos, AUTORIZARIA se procurasse, à fôrça das armas, repôr o Governo do Brasil onde estava a 15 de Novembro.

O RESPEITO, PORÉM, QUE SE DEVE A VONTADE POPULAR, LIVREMENTE MANIFESTADA, aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade

a forma de instituições sob que deseja envolver seus gloriosos destinos. Ofereço minha vida, como a dos meus companheiros de luta, em holocausto no altar da Pátria. A causa nacional em cuja defesa armada vou entrar, tem por si o apoio de todas as classes conservadoras da sociedade brasileira, daquelles que trabalham e produzem, e que, aliás, relutam às sedições, motins e desordens.

E assim terminava:

“O BRADO DE NOSSA REDENÇÃO POLITICA, LEVANTADO NAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS e que perpassou por Santa Catarina, Paraná e São Paulo, até esta Capital, já ecoou no extremo Norte... Espero cumprir o meu dever de brasileiro até o sacrificio”.

Não consta, Senhores que semelhante brado — partido do Rio Grande republicano — fosse monarquista! Só um complexo partidário poderia ver nesse Manifesto, — que só pedia o PLEBISCITO — um propósito sebastianista de um bravo e leal Almirante que fôra o sustentáculo do primeiro Govêrno da República e o defendera sem reservas, com as armas na mão, em 1891. Êle está ali, diz Souza e Silva, inteiro, todo êle de um bloco, nesse Manifesto, sem dissimulação nem equívoco êle, o homem que não mente para quem o engano é uma cobardia, a bradar no ardor de sua paixão patriótica, tudo aquilo que a disciplina e a consciencia do dever haviam recalçado no recondito do seu pensamento.

\* \* \*

Senhores! **Saldanha**, com o conjunto excepcional de qualidades mestras e atributos brilhantes que o distinguiam, com a sua individualidade tão empolgante, quanto dominadora, não podia deixar de exercer uma poderosa ação sôbre um meio onde o espírito de classe, o sentimento da honra, a visão das responsabilidades para com o país, a convicção dos deveres para com a Pátria, impeliam cada um aos mais extremos **ESFORÇOS PARA QUE A MARINHA FOSSE SEMPRE DIGNA DO RESPEITO, DO AMOR E DA CONFIANÇA DA NAÇÃO.**

Formou-se então uma legião de jovens Officiais que o sagraram o "Chefe", o "Mestre"; mas jamais êle seria o agitador partidário guiando-nos pelos caminhos contra os quais pregava, e nunca se serviria dos mesmos processos da "velharia política", que êle mais veementemente combatia! Si o Movimento que Saldanha chefiava no Rio de Janeiro tivesse tais propósitos, a bandeira da República teria sido arriada dos mastros dos nossos navios e fortalezas e substituída pela bandeira imperial e nos não faltaria coragem para defendê-la, SI ESSAS FOSSEM AS NOSSAS CONVICÇÕES!

Nunca foram. Nunca alí se ouviu falar em restauração e não havia a mínima base para a insidiosa informação prestada nesse sentido ao Govêrno de Washington.

Isso, como vemos, não era verdade e não constituia senão um golpe político hàbilmente vibrado contra a Revolução.

Mas, o fato indiscutível é que essa crença, embora infundada, tendenciosa interpretação do Manifesto de Saldanha, deu motivos à formação de verdadeiras legiões de civis e militares republicanos que, nessa convicção, se batiam com heroísmo, ardor e sinceridade, pelo regime, que julgavam ameaçado e que, para êles, encontrava no Marechal Floriano o seu "consolidador".

O Almirante Mello — então em Santa Catarina — conhecia perfeitamente nossas condições no Rio de Janeiro. Sem o auxilio das Fôrças Federalistas do Sul, estaríamos irremediavelmente perdidos. Por motivos que, aliás, nunca conseguimos desvendar, êle não nos trouxe, como estava combinado, os recursos de que carecíamos; não foi bater à Esquadra que o Almirante Gonçalves pacientemente organisava no Norte do país, nem impediu a sua concentração na Bahia. Essa inação foi a causa determinante do insucesso militar e político da Revolução.

Ao mesmo tempo, desde o início do Movimento, a intervenção das Fôrças Navais estrangeiras aqui estacionadas impedia qualquer idéia de ataque à Capital da República pelos navios revolucionários. Essa intervenção e a impassibilidade da Esquadra Revolucionária, fora do Rio facultaram

ao Marechal Floriano a reunião dos elementos necessários para bater os seus inimigos na Guanabara e decidir vitoriosamente da sorte do Govêrno Federal.

\* \* \*

Os Comandantes superiores das Fôrças Navais da França, Inglaterra, Itália, Portugal e Estados Unidos — estacionadas no Rio de Janeiro — dirigiram, nessa ocasião, aos seus respectivos Agentes Diplomáticos aqui acreditados a seguinte nota, datada dos primeiros dias de Outubro de 1893:

“PEDIMOS DIZER AO SENHOR MARECHAL QUE A ESQUADRA ESTRANGEIRA ESTÁ AUTORIZADA A OPÔR-SE PELA FÔRÇA A TÔDA TENTATIVA DO SENHOR CONTRA ALMIRANTE MELLO DIRIGIDA CONTRA A CIDADE; E ISTO, NÃO POR DESEJO DE SE IMISCUIR NOS NEGÓCIOS DO BRASIL, MAS POR CAUSA DOS INTERESSES SUPERIORES DA HUMANIDADE, RELATIVAMENTE A UMA POPULAÇÃO SEM DEFESA, DA QUAL GRANDE PARTE É COMPOSTA DE ESTRANGEIROS, CUJA SEGURANÇA A ESQUADRA TEM O DIREITO DE GARANTIR”.

O Ministro do Exterior do Govêrno do Marechal Floriano mostrou-se “extremamente satisfeito” com essa “enérgica intervenção” dessas cinco potências, declarando-lhes que, se lhe era permitido infringir um pouco as praxes diplomáticas, AGRADECIA TÃO EFICAZ COOPERAÇÃO e prometia tirar ao Almirante Mello todo pretexto para hostilizar a cidade do Rio de Janeiro — desarmando as trincheiras do litoral...

Era a solução dada ao pedido que o Govêrno Federal lhes fizera a 6 de Setembro, por intermédio do Almirante Coelho Neto, Chefe do Estado Maior da Armada, a bordo das suas capitânicas.

Era, com efeito, uma intervenção salvadora, diz Nabuco, de que resultara o Acôrdo de 5 de outubro, pelo qual “o Govêrno brasileiro — para não dar motivos que pudessem jus-



tificar semelhante ataque por parte dos Revolucionários — se obrigava a retirar a artilharia das fortificações montadas nas elevações e no litoral da cidade, que ficaria assim entregue à defeza da Esquadra estrangeira”. Os mesmos Comandantes notificaram ao Almirante Mello o seu propósito de “IMPEDIR PELA FORÇA QUALQUER ATAQUE À CAPITAL BRASILEIRA”.

A esse respeito, assim exprimiu o Ministro das Relações Exteriores: “Ficou entendido que esta Capital, considerada “CIDADE ABERTA, NÃO DEVERIA SER — E NÃO SERIA — HOSTILIZADA PELOS REVOLTOSOS”.

“E assim se iniciou, na extensão admitida pelo Direito Internacional, dizia êle, a INTERVENÇÃO DA FORÇA E DA DIPLOMACIA DESSAS POTENCIAS EM BENEFICIO, NÃO SÓ DOS NACIONAIS, MAS TAMBEM E PRINCIPALMENTE DOS ESTRANGEIROS”...

O Almirante Mello, respondendo à comunicação oficial que essas Potências lhe fizeram, manifestou-lhes, “como homem e como Brasileiro”, seus aplausos por essa medida!...

Isso foi uma pura ilusão do Chefe revolucionário e a sua perda! Em verdade o ilustre Almirante Mello, deflagrando a Revolução, não acreditava que Floriano pudesse reagir e, ao que parece, não cogitava de atacar a Capital da República, nem jamais tentou fazê-lo.

Como prova do que afirmo, basta dizer que intimando Floriano a abandonar o Governo, ameaçando-o com a “Fôrça” da sua Esquadra, içou o seu pavilhão em um navio que se não podia mover e, não contando com Villegaignon, que Saldanha não deixara aderir à Revolução — abandonou a poderosa Fortaleza da ilha das Cobras, posição chave na Guanabara, com seus diques oficinas, paióis de mantimentos e sobressalentes e o Hospital de Marinha — retirando dali o Batalhão Naval depois de haver encravado os grossos canhões de suas baterias — dominadoras da cidade; abandonou a Armação com seus fartos depósitos de artilharia e munições; não defendeu o paiol de pólvora do Matoso, na Ilha do Governador, que pouco depois explodia, incendiado por emissários legalistas; abandonou os grandes depósitos de carvão das ilhas da ense-

da de S. Lourenço, em Niterói, que os florianistas incendiaram!

S. Excia. confiou ingenuamente no Acôrdo de 5 de Outubro e inacreditavelmente o apoiou! Supoz, talvez, que ao som das suas "trombetas", ruiam as muralhas de Jericó!... Enganou-se!

O Govêrno prosseguia tenazmente, organizando as suas fôrças de mar e armando com poderosas fortificações o litoral da Guanabara e as alturas circunvizinhas. Traçara um plano e o realisaria inflexivelmente, custasse o que custasse!

O tempo era assim o seu grande aliado e dentro em pouco teria a supremacia necessária ao sufocamento da Revolução!

\* \* \*

Ao assumir o Comando da Esquadra Revolucionária no Rio de Janeiro, a 7 de dezembro de 1893, o Almirante Saldanha notifica aos Comandantes das Fôrças Navais estrangeiras que, por sua parte, tomava ciência da convenção aceita pelo seu antecessor — de não fazer fogo contra a cidade com os canhões da Esquadra — mas que o não respeitaria se a provocação partisse das baterias de terra; e logo depois, a 23 daquele mesmo mês, pedia a atenção desses Comandantes — assim tornados mediadores entre a Revolução e o Govêrno — para as disposições e atitudes por êste últimamente adotadas e que obrigavam os Revolucionários a pôrem em prática medidas correspondentes.

"Não obstante as formais promesas do Govêrno, dizia êle, tôdas as alturas que bordam a própria cidade, estão guarnecidas com artilharia; não foram respeitados os lugares santificados e de beneficio à humanidade sofredora. Está fortificado o Morro do Castelo, bem como as visinhanças da Santa Casa de Misericórdia, na praia de Santa Luzia. Da mesma fórma os morros de São Bento e da Conceição, o primeiro com o seu secular e histórico Convento Beneditino; o segundo, com o Palácio Episcopal; e finalmente a ilha do Bom Jesus, onde se acha o Asilo dos Inválidos da

Pátria, o que, tudo isso, concluía Saldanha, torna difícil possa a Esquadra manter até o fim da contenda o prometido respeito pela cidade do Rio de Janeiro, que passou assim de cidade aberta a praça de guerra, no exato sentido do termo”.

A essa nota responderam os Comandantes estrangeiros reiterando ao Almirante Saldanha seu firme propósito de empregarem a fôrça em defesa da Capital da República, porventura atacada pelos revolucionários. Mas fizeram ver ao Governo que haviam certas razões respeitáveis na nota do Almirante.

A 2 de janeiro de 94 recebia o Ministro do Exterior do Marechal Floriano uma outra nota “energica” do Corpo Diplomático — dos representantes das Potências com Fôrças Navais no Rio de Janeiro. Essa nota era provocada por uma comunicação do Capitão de Mar e Guerra Picking, Comandante das Fôrças Navais Norte Americanas, e assim rezava:

“Bordo do Cruzador dos Estados Unidos “Charleston”, Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1894. Os Comandantes Superiores das Fôrças Navais dos Estados Unidos da América, França, Portugal, Inglaterra e Italia, têm a honra de trazer ao conhecimento do Corpo Diplomático que estão de posse de informação autêntica e positiva de que em uma das alturas da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Morro do Castelo, JÁ FORAM MONTADOS ALGUNS GROSSOS CANHÕES PRONTOS PARA SEREM USADOS; QUE, NO MESMO LUGAR, HÁ TAMBEM OUTROS GRANDES CANHÕES EM VIA DE SEREM MONTADOS E QUE HÁ ALI DIVERSAS PEÇAS DE MENOR CALIBRE EM CARRETAS DE CAMPANHA; — todos os canhões estando protegidos por grandes sacos de areia.

“O Vice-Presidente da República do Brasil — continuava a nota em aprêço — anunciou pelo seu Ministro das Relações Exteriores ao Corpo Diplomático, e por intermédio deste aos Comandantes Superiores, em uma nota datada de 5 de outubro de 1893, que o Governo dera ordem para retirar os canhões das baterias desta cidade.

“Os Comandantes Superiores das referidas Nações não podem, portanto, deixar de considerar a colocação desses canhões no Morro do Castelo como uma ruptura do Acôrdo feito pelo Governo Brasileiro em 5 de outubro de 1893, dando à cidade do Rio de Janeiro o caráter de **cidade fortificada**.”

“Nestas circunstâncias, os Comandantes Superiores têm a honra de declarar que não se podem por mais tempo considerar na obrigação de manter a atitude que manifestaram na sua comunicação de 1.º de outubro de 1893 ao **Contra Almirante Mello** e que reiteraram na sua comunicação de 25 de dezembro de 1893 ao **Contra Almirante Saldanha da Gama**”. Era porém, tarde demais para que os revolucionários pudessem reagir! A “**garantia**” dada pela Esquadra estrangeira de que os canhões da cidade — não os atacariam, de nada lhes servia. À sua sombra armára-se o Governo e decidira-se por essa forma a sorte da Revolução.

\* \* \*

A 8 de janeiro o Ministro do Exterior do **Marechal Floriano**, então **JÁ MUITO MAIS FORTE**, fala com arrogancia aos Chefes Navais dessas Potências e adverte-os que “o Governo **AVISARÁ 48 HORAS ANTES DE SE SERVIR DOS CANHÕES DAS BATERIAS ESTABELECIDAS NA CIDADE!**” Isto é, durante todo êsse tempo as Fôrças Navais estrangeiras estacionadas no Rio de Janeiro amarraram as mãos dos Revolucionários, dando ensejo e comodidade ao **Marechal Floriano** para calmamente montar os grossos canhões com que depois iria esmagá-los! As notas e protestos diplomáticos de nada valiam. **Floriano** impavidamente continuava a multiplicar as suas poderosas fortificações como um colar flamívomo em tôrno dos navios revoltosos!

No sentir dos Comandantes Superiores das Esquadras aqui destacadas, o Governo Federal apresentava sempre “argumentos débeis” para justificar o seu procedimento, que eles clasificavam como “clandestino e furtivo”, para colocar a cidade em posição, não só de se defender, como de atacar as Fôrças Navais revoltadas. **Floriano** continuava a agir como

parecia melhor aos seus objetivos políticos e militares. A própria Esquadra estrangeira agia agora com mais prudência, receiando embrenhar-se em atos de força ou de perigosa ameaça — recuando de qualquer propósito de ação militar, como aconteceu com um projetado desembarque de forças dos seus navios para garantia da vida e interesses dos seus compatriotas nesta Capital. Em verdade o Marechal ameaçou-os severamente e tal desembarque não se efetuou...

\* \* \*

“Alguem, um dia, poderá avaliar êsses documentos e julgar se foram os Comandantes Superiores ou o Governo Brasileiro quem teve razão”, escrevia então o Comandante português.

“O que ninguém poderá negar-nos — dizia uma Nota de Castilho ao Almirantado de Lisbôa — “o que ninguém poderá negar-nos é a decisão com que procurámos e conseguimos até êste momento histórico salvar a cidade do Rio de Janeiro contra os ataques da Esquadra Revolucionária, com seus grossos canhões”.

“É nossa opinião, dizia Castilho, exprimindo o pensamento dos seus colegas estrangeiros, “é nossa opinião que o Governo não se decidirá, por enquanto, a atacar a Esquadra com a artilharia de terra, continuando a armar-se gradualmente e esperando a chegada dos navios que está aprontando em Pernambuco.

“Nessa ocasião, quando êle tiver assim concentrados todos os seus elementos de ação, romperá, resoluto, um vigoroso ataque sôbre os navios rebeldes que aquí estiverem, provavelmente com bom êxito”. E concluía assim:

“O que resta saber é se a Esquadra poderá permanecer inativa até êsse momento ou se terá mantimentos, carvão, munições e paciência para esperar essa ocasião”...

Viam claramente os Comandantes Superiores das Forças Navais estrangeiras. Os fatos subsequentes confirmaram plenamente êsses seus prognósticos — principalmente depois da atitude do Almirante Benham, assegurando pela força da

Esquadra Americana a atracação de navios mercantes do seu país nas mortonas da Saúde, municiando assim o Governo e aproveitando a Cidade, cujo bloqueio desde então deixou de existir, facilitando a vitória do Marechal.

A intervenção estrangeira havia produzido seus efeitos ruinosos à Revolução: — “Por um lado — diz Nabuco — tinha gastado, dia por dia, os elementos ativos e deixado completar-se, por trás dos sacos de areia e das notas diplomáticas, a fortificação da cidade e dado tempo ao Governo para organizar sua Esquadra”.

Isso concluído, o Marechal Floriano resolveu dar o golpe final, afrontando mais uma vez as Potências estrangeiras, até então seus submissos intermediários e Agentes Diplomáticos junto aos Revolucionários, que já não dispunham de elementos para a reação.

\* \* \*

A 11 de março, o Vice-Presidente da República anunciava ao povo que dentro de 48 horas romperia contra os Revolucionários o fogo de suas grossas baterias — até aquela data mantidas mascaradas com altos muros de sacos de areia, para evitar novos protestos e “inócuas impertinências” do Corpo Diplomático! Sua Esquadra, sob o comando em Chefe do Almirante Jerônimo Gonçalves, achava-se agora pronta, a dois passos da barra! Entraria em ação depois do bombardeio, pelas baterias de terra, dos navios e fortalezas rebeldes...

O Marechal mandara construir grandes galpões fóra da cidade para abrigar a população, que fugia espavorida para pontos afastados, longe do alcance dos canhões da Esquadra Revolucionária, por êle desafiada para o tremendo combate final.

Diante da sua Proclamação e Aviso de que ia atacar as Fôrças Rebeldes, O CORPO DIPLOMATICO PROTESTA COM DESUSADA ENERGIA E EXIGE QUE, ANTES DE ABERTO O FOGO, SEJA FEITO O DEPÓSITO DE VULTOSA SOMA EM DINHEIRO — DEZ MILHÕES DE ESTERLINOS — OU HIPOTECA DE UMA PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL!

**Floriano**, porém, cômico da sua fôrça e disposto a tudo enfrentar — não atende — nem responde a esses protestos! Age! Restava aos Revolucionários responder ao seu ataque, bombardeando a cidade. As esquadras estrangeiras aqui estacionadas, não tinham elementos para fazer efetiva as suas intimações ao Governo Federal. E, como sempre acontece, assistiram impotentes ao desenrolar do drama, que chegava ao seu ato final...

\* \* \*

Para decidir o que os Revolucionários deviam fazer, o **Almirante Saldanha** reuniu na Ilha das Enxadas um Conselho de Guerra, no qual tomaram parte todos os Comandantes. Após minucioso exame da situação, estudaram as soluções possíveis: Resistir até à morte; forçar a barra; capitular. Em verdade os Revolucionários estavam perdidos. O Conselho votou unanimemente pela resistência até à morte! O **Almirante Saldanha** ponderou, porém, a inutilidade de semelhante sacrifício; que havia mais de cem canhões assestados contra os navios revolucionários; era por demais escassa a munição das fortalezas; a dos navios era igualmente reduzida e o bombardeio da cidade — além de odioso — não colimaria nenhum objetivo militar. A discussão foi longa e terminou com a resolução de propôr-se ao Governo uma capitulação honrosa.

Era realmente a única cousa que podíamos fazer.

Assim resolvido, dirigiu **Saldanha** a 11 de Março a seguinte carta oficial ao Comandante da corveta "Mindello", carta que lhe foi entregue pessoalmente por um Oficial:

Exmo. Snr. **Capitão de Fragata Augusto de Castilho**,  
Chefe da Divisão Naval Portuguesa surta neste porto.

"Em circunstâncias difíceis, após seis mezes de lutas, desejosos de evitar mais derramamento de sangue de irmãos e maiores males materiais, assim como no intuito de poupar à nossa Pátria maiores vexames da ordem d'este que acaba de sofrer, qual  
**A EXIGENCIA APRESENTADA PELO CORPO  
DIPLOMATICO, DE DEPÓSITO PRÉVIO, POR**

PARTE DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, DE VULTOSA QUANTIA, OU HIPOTECA DE TERRITÓRIO NACIONAL, COMO GARANTIA DOS INTERESSES ESTRANGEIROS NESTA CAPITAL, PARA LHE SER PERMITIDO MANDAR ROMPER O FOGO DAS BATERIAS QUE GUARNECEM AS COLINAS DA FENRTE MARITIMA DA CIDADE, os Officiais da fração da Esquadra Libertadora surta neste porto, resolveram pôr termo à luta, fazendo depôr as armas aos seus bravos e dedicados comandados, confiando-se à generosa hospitalidade da Nação Portuguêsa na pessoa do Comandante Superior da sua Divisão Naval, aqui presente, o senhor Capitão de Fragata Conselheiro Augusto de Castilho, Comandante da Corveta "Mindello". Luiz Philippe de Saldanha da Gama".

A esta solicitação aquiesceu o Comandante Castilho, encarregando-se igualmente de encaminhar ao Govêrno da República uma Proposta de Capitulação.

Estando ausente do Rio o Ministro Português, telegrafou Castilho dirêtamente — na mesma hora — ao seu Govêrno, comunicando-lhe o ocorrido e pedindo-lhe instruções urgentes.

Senhores! Depois da saída do Aquidaban e do afundamento do "Javari", a Esquadra Revolucionária operando no Rio não dispunha de navios couraçados, mas tinha aqui sufficiente poder nos cruzadores e posições ocupadas, para causar danos terriveis a esta cidade e incendiá-la, causando numerosissimas vítimas; mas sentia odioso fazê-lo!

O hospital de sangue da Ilha das Enxadas, por várias vezes cruelmente bombardeado pelos fortes legais — estava cheio de feridos e doentes de beri-beri, que assolava as guarnições da Esquadra. Após tantas provas de valor e inomináveis sacrificios, a capitulação — nos termos da proposta — não seria uma solução deshonrosa.

Considerara, ainda mais, o Almirante Saldanha, a inutilidade militar e política do bombardeio e do incêndio da cidade. Propuzera, por isso, ao Govêrno a capitulação e depois de abrigar-nos, asilando-nos nos navios estrangeiros, se entrega-



ria êle, pessoalmente, como **exclusivo responsável**, ao **Marechal Floriano** !

Semelhante solução não podia ser aceita por nós e causou funda sensação entre os membros do Conselho de Guerra e na Esquadra Revolucionária: "ou o asilo com todos ou a resistência até o fim !" bradaram unanimemente. Estaríamos com êle para a vida ou para a morte. E êle sabia que eramos sinceros e dispostos a cumprir o que dizíamos. — Cedeu. Iria conosco.

\* \* \*

Por intermédio dos Comandantes das Fôrças Navais estrangeiras estacionadas no Rio de Janeiro, fôra a proposta da capitulação encaminhada ao Govêrno. Seria a cessação da luta nesta Capital.

Esses Comandantes classificaram como "**dignos e sensatos**" os termos da referida proposta. Cessaria, assim, o perigo que ameaçava a cidade e os interesses dos seus compatriotas e do seu comércio, concordando todos — unanimemente — ao mesmo tempo, na concessão do azilamento do **Almirante Saldanha** e seus comandados.

No dia seguinte, o **Marechal Floriano** respondeu recusando aceitar a capitulação, que lhe fôra apresentada.

Aos Revolucionários restava assim, como únicos caminhos, o bombardeio da Capital da República — gesto inútil e contraproducente sob todos os aspéctos, ou o azilo sob a proteção das Potências previamente consultadas.

Preferiu então, o **Almirante Saldanha**, abandonar navios, fortalezas e ilhas ocupadas e recolher-se com seus comandados aos navios de guerra estrangeiros, escolhendo, de preferência, por motivos óbvios, os portugueses. Era um direito que as Convenções Internacionais nos conferiam e evitaríamos assim, além de outros sacrifícios e humilhações inúteis, dar ao mundo civilizado o espetáculo das trágicas expansões do ódio partidário nas guerras civis.

**"NÃO PODENDO ACEITAR UM COMBATE TÃO DESIGUAL E QUE O FORÇARIA, SEM A MAIS REMOTA POSSIBILIDADE DE ÊXITO, A LIGAR**

SEU NOME E, AINDA PIOR, A TRADIÇÃO DA NOSSA MARINHA DE GUERRA, A UMA RECORDAÇÃO PERFEITAMENTE ODIOSA, — escreveu Joaquim Nabuco — SALDANHA DA GAMA PEDIU ASILO PARA SI E A SUA GENTE AO COMANDANTE PORTUGUÊS AUGUSTO DE CASTILHO. (Joaquim Nabuco — “A intervenção estrangeira na Revolta da Armada”).

Castilho era, no momento o Comandante mais antigo das Forças Navais européias e americanas estacionadas no Rio de Janeiro.

Foi, pois, a êle, que o Almirante se dirigiu.

\* \* \*

Durante meses a fio, os Revolucionários haviam dado aqui as maiores provas de bravura e jamais as suas mãos se mancharam com o sacrifício dos prisioneiros, vários dos quais, feridos, foram entregues às suas famílias, nesta Capital, logo depois de sangrentos combates. Búcio Filho, grande amigo do Marechal, é testemunha irrecusável do que aqui afirmo!

Saldanha não fazia diferença entre Legalistas e Revoltosos, no tratamento que nos dispensava.

Os Oficiais Florianistas aprisionados nesses encontros, conservavam as suas espadas e continuavam como se fossem livres camaradas nossos.

O Almirante Saldanha era bravo e generoso. A sua resolução de retirar-se com a sua gente, asilando-se nos navios estrangeiros, era mais uma prova do seu equilíbrio moral.

Senhores! Indiscutivelmente a Revolução da Esquadra no Rio de Janeiro foi uma fase gloriosa da nossa história cívica e militar! Orgulhem-nos dos atos de bravura de Revolucionários e Legalistas na defesa de ideais que julgavam justos!

Ela mereceu de ilustre jornalista europeu a seguinte opinião: “Até então, o que havia de maior na história das guerras, representando papel notável de resistência e de bra-

vura, era o feito valoroso de Plewna, na guerra russo-turca de 1877.

“O mundo curva-se agora diante do espetáculo dantesco de sete mezes de permanência dentro da baía do Rio de Janeiro, numa verdadeira ferradura de fogo — de pouco mais de um milhar de homens, dia e noite alvejados por centenas de canhões!”

Mas — Senhores — a luta devia terminar; mesmo porque a continuação do sacrifício inútil e cruel, seria insensato, principalmente arriscando o Brasil a humilhantes imposições das “Potências” estrangeiras.

O Governo português, de posse da comunicação de Castilho, anuiu à concessão do asilo e exultou com êsse procedimento do Chefe das Fôrças Navais lusitanas no Rio de Janeiro, participando o fato, com evidente satisfação, aos Governos europeus e ao Presidente dos Estados Unidos e recebendo deles congratulações e elogios. Os Revolucionários abandonaram então navios e posições.

“No silêncio da noite e da madrugada de 12 para 13 de Março, êsses homens, enfraquecidos e tristes pelo infortúnio, mas com brilho no olhar dos que, vencidos, não se convencem jamais, quebravam espadas, encravavam carabinas e canhões...

“Peitos oprimos, maltrapilhos alguns, mas todos dignos! Não houve, nem nesse gravíssimo momento, uma única falha de disciplina! (Artur Tompson — “A Guerra Civil no Brasil”).

Recolheram-se altivamente — em ordem admirável — os Revolucionários, aos navios portugueses. O último homem a embarcar foi o **Almirante Saldanha**, sendo alí recebido com todas as honras.

Lembro-me disso com profunda emoção!

Ao amanhecer de 13 de Março de 1894 cessava inteiramente no Rio de Janeiro a ação da Esquadra Revolucionária.

O Governo que recusara aceitar a capitulação proposta pelo **Almirante Saldanha**, exigia agora dos portugueses a entrega dos Revolucionários asilados nas corvetas “Mindelo” e “Afonso de Albuquerque”!

De posse dessa inesperada e inacreditável Reclamação do Brasil, **Hintze Ribeiro**, Primeiro Ministro do Governo de Lisboa, recusa-se a atendê-la e dirige ao Presidente dos Estados Unidos e aos governos europeus o seguinte telegrama:

“O GOVERNO PORTUGUÊS NÃO PÔDE ENTREGAR OS QUE SE REFUGIARAM NOS NAVIOS DE GUERRA PORTUGUESES, POIS A ISSO SE OPÕEM DEVERES DE HUMANIDADE, PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL, A EXTRATERRITORIALIDADE, OS PRÓPRIOS REGULAMENTOS NAVAIS USADOS POR TODAS AS NAÇÕES E ATÉ NOSSO TRATADO DE EXTRADIÇÃO COM O BRASIL, QUE NÃO AUTORISA ENTREGAR INDIVÍDUOS POR CRIMES POLÍTICOS.”

Acuado, porém, pelo Governo do Marechal, apelou o Governo de Lisboa para a arbitragem e chegou a telegrafar ao **Conde de Paraty**, seu Ministro no Rio de Janeiro, que caso não fosse apoiado pela força das outras potências, cederia, entregando os refugiados ao Governo Brasileiro “para serem julgados nos respectivos tribunais”. Essa indignidade não chegou felizmente a ser perpetrada, graças à intervenção do Governo Britânico.

Por ordem do Ministro Português nesta Capital, **Castilho** aguardou por alguns dias, no Rio de Janeiro, as decisões finais do Governo de Lisboa.

\* \* \*

Nesse entretanto, era imensa a agitação partidária nesta Capital. A 16 daquele mês, grande multidão dirigiu-se à Praça da República e, entre vivas entusiásticos, mostrava a intenção de diretamente influir para que os Revolucionários viessem para terra. “HAVIA, disse um jornal da época, O FIRME E DELIBERADO PROPÓSITO DE DIRIGIR-SE AOS NAVIOS DE GUERRA PORTUGUESES E DALI ARRANCAR OS REVOLUCIONÁRIOS”. Melhor aconselhados, porém, não o fizeram. “A entrega desses homens era esperada a todo instante”...

“Foi a confiança de que a ação diplomática do Governo daria resultado imediato, diz Nabuco, o que impediu o desatino que se maquinava, sendo certo que à explosão dos patriotas de terra responderiam logo a mocidade militar que guardava as fortificações e os navios legalistas”...

“As fôrças navais portuguesas, escrevia o “O País”, tendo asilado ao seu bordo os rebeldes no ancoradouro que a Capitania do Porto destinara para pôr ao abrigo do combate a esquadra estrangeira, faltaram à confiança que o Poder Público brasileiro depositava na sua neutralidade”...

Reinava aqui uma irritação tremenda, fruto da campanha de ódio movida principalmente por certos órgãos da imprensa, na qual ocupava conspicuo lugar, como Redator Chefe do “O País”, o Senhor EDUARDO SALAMONDE, jornalista português e autor do célebre artigo editorial — **DIES IRAE** — publicado a 10 de Março de 1894 nas colunas daquele importante diário carioca, nos seguintes termos:

“Não é o Juiz Supremo que vem chamar a humanidade a contas, como no hino maravilhoso do místico de Moguncia, e perante o qual, num assombro trágico, o pecador implora salvação; **MAS É A PÁTRIA LUTUOSA E COLÉRICA QUE, PELO ÓRGÃO DA AUTORIDADE CONSTITUIDA, VEM ARTICULAR O LIBELO TREMENDO CONTRA OS CAVADORES DA SUA RUINA, OS CULPAIDOS DA SUA MISÉRIA E PUNI-LOS IMPLACAVELMENTE,** como essa misteriosa magestade, distribuidora de graças e de penas para que o catolicismo da Idade Média apelava nesse cântico de morte, aguardando perdão para os crimes dos mortais...

**ESTA PRÓXIMO O DIA DA REIVINDICAÇÃO E DA JUSTIÇA. ESSE DIA HA DE SER NA VERDADE UM DIA DE FORMIDAVEIS REPARAÇÕES,** de terror talvez, de melancolia por certo, como sonhara esse monge genial ao compor em latim barbaro, num ritmo monótono de resigna-

ção e de dôr, as estâncias dêsse poema sagrado, que o órgão das catedrais da Idade Média tornava mais lúgubre, cheio de lágrimas e de espanto ante a visão apocalíptica do Supremo Julgador. ...

**Dies irae SERÁ SIM, ESSE DIA MEMORÁVEL, PORQUE, COMO NO CANTICO RELIGIOSO, A CÓLERA DA PÁTRIA PUNIRÁ OS RÉPROBOS E EXTERMINARÁ OS CULPADOS; e, entre o fracasso da grande luta, o direito profanado radiará num esplendor, e sôbre todos os corações que hoje sangram flechados pela ambição impiedosa dos máus, descera enfim o bálsamo espiritual da honra desagradada e da justiça satisfeita”...**

Era a expressão do odio partidário que fervia e que a insensata pena daquele ingrato estrangeiro cruelmente agitava, naquele momento infeliz da Nacionalidade, envolvida pela guerra civil!

“O dever de asilar os que recorriam a êle, disse Joaquim Nabuco, era tão imperioso para o Comandante português, como teria sido recolhe-los no mar, se os navios que eles guarneciam fossem metidos a pique pela artilharia de terra” (A intervenção estrangeira na Revolta).

Foi êsse, disse o Comandante Castilho em carta ao nosso grande tribuno, foi êsse um dos episódios mais importantes na história da Revolta Naval Brasileira, no qual o Conselho dos Comandantes Superiores estrangeiros mais responsabilidade assumiu, e de que eu não podia deixar de aceitar todas as responsabilidades”. Castilho era nesse momento o fiel intérprete e executor das decisões dêsse Conselho e no desempenho dessa sua difícil missão portou-se com inexcedível bravura. Honra lhe seja feita!

\* \* \*

A 13 de Março, ao ½ dia rompem as fortalezas da barra e as poderosas baterias da cidade e de Niterói um tremendo e prolongado fogo sôbre os navios, ilhas e fortalezas, antes abandonadas pelos Revolucionários. Entra mais tarde a Esquadra Legal e ainda auxilia o terrível e inutil bombardeio...

Finalmente, a 18 do mesmo mês suspendem âncora as corvetas portuguesas, deixando, lentamente, a Guanabara... Iamos partidos de saudades!

Em uma tarde de rara beleza tropical, a cidade do Rio de Janeiro desaparecia no horizonte; e os dois navios seguiram com brisas fagueiras — dias lindos e noites enluaradas — até o Rio da Prata, onde chegámos oito dias depois, fundeando na rada exterior de Buenos-Aires. Logo de chegada, morreram a bordo da “Afonso d’Albuquerque” dois dos nossos mais queridos companheiros, de ferimentos recebidos em combate, e dias depois, mais um, tuberculoso.

O **Marechal Floriano**, nesse entretanto, fazia força para que fossemos extraditados e entregues á “Justiça” do seu Governo! Felizmente Deus nos protegia e livrou-nos de semelhante possibilidade.

O Governo de Lisbôa resiste galhardamente. Não nos entregará! **Floriano** rompe relações com **D. Carlos** e pede o apôio do Governo de Londres para que essa extradição seja feita. O Premier britânico respondeu que o “Marechal queria que a Inglaterra induzisse Portugal a um ato deshonroso”.

“Não se pode conceber um mais extraordinário pedido, nem um passo mais arriscado para a dignidade de um Governo.

“Pedir o Brasil á Gran-Bretanha que persuadissem Portugal a restituir-lhe os refugiados, era ir ao encontro, senão de uma repulsa humilhante, pelo menos de uma lição, que a Chancelaria brasileira, com as suas longas tradições de prudência, podia bem dispensar.

“Se há uma regra que mais do que qualquer outra tenha sido observada nos tempos modernos, por todos os Estados independentes, grandes ou pequenos, do mundo civilizado, é a regra de não entregar os refugiados políticos”. E conclue assim a nota britânica ao nosso Governo: “As leis da hospitalidade, as exigências da humanidade, os sentimentos naturais do homem, reúnem-se para afastar tais extradições; e **TODO GOVERNO INDEPENDENTE QUE CONCEDESSE UMA EXTRADIÇÃO DESSA ESPECIE, SERIA, COM JUSTIÇA E UNIVERSALMENTE, ESTIGMATIZADO COMO SE TENDO DESHONRADO**”.

E' curioso relembrar que quando **Castilho** apresentou, em nome dos Comandantes Superiores das Fôrças Navais estrangeiras aqui estacionadas, a proposta de capitulação dos Revolucionários e a declaração de que conforme fôra por estes resolvida, os asilaria nos navios portugueses, o Ministro do Exterior declarara, em presença dos membros das Representações Diplomáticas dêsses países, que quanto ao asilo prometido aos Revoltosos, "ERA ESSE UM DIREITO SACRATISSIMO QUE ELE, Castilho, ESTAVA EXERCENDO E QUE NINGUEM PODERIA QUESTIONAR-LHE"...

Fôra indiscutivelmente de extraordinária beleza, de dignidade e bravura a elegância moral do Comandante português.

Em nota da Legação Britânica no Rio, declarou o Ministro Sir H. Wyndhan ao Senhor Cassiano Nascimento que "O Conde de Kimberley não anuiu ao pedido do Govêrno brasileiro porque o Govêrno de sua Magestade não entregaria jamais individuos refugiados em circunstâncias semelhantes e S. Exa. deseja que eu faça ver a V. Exa. que seria excessivamente impolítico da parte do Govêrno Federal insistir na exigência feita ao de sua Magestade Fidelíssima, porque isso envolveria o Govêrno da República em complicada discussão, não só com sua Magestade Britânica, mas também com os da outras potências".

"O Conde de Kimberley também manda-me dizer a V. Exa. que o Govêrno Federal ouça o conselho amigável que tinha ordem de oferecer-lhe, **Á VISTA DO FATO DE HAVER ELE IMPEDIDO O BOMBARDEAMENTO DA CAPITAL, AJUDANDO ASSIM MATERIALMENTE O GOVERNO FEDERAL**". E concluiu nestes termos: "O Govêrno de Sua Magestade Britânica está ansioso por ver essa questão rapidamente resolvida"... A 5 de Abril, o Marechal Floriano declara a Sir H. Windhan que não podia desistir da Reclamação! Não teve êxito porém".

\* \* \*

Indiscutivelmente, **Castilho** foi extraordinariamente bravo, pondo a salvo aqueles reféns da honra da sua Nação e das



Fôrças Navais Estrangeiras aqui estacionadas!

“O primeiro grande sentimento que êsse seu nobre e valoroso procedimento põe em evidência, diz Nabuco, é a fidelidade aos compromissos tomados em nome do país. Outro, é a consciência de que as nações fracas e pequenas têm os mesmos privilégios que as nações fortes e arrogantes, demonstrada nessa impávida asserção de que o asilo é tão inviolável a bordo de duas pequenas corvetas portugúêsas como o poderia ser nos grandes couraçados da Inglaterra, e da França. Outro, é o destemor que não mede as consequências de um ato de soberania nacional, quando retém a guarda da bandeira. Outro, a coragem náutica do Comandante que realiza em circunstâncias extraordinárias aquela viagem de salvação. Outro, o espirito de humanidade que não deixa contar naufragos antes de recolhe-los. Outro, o instinto que, de polo a polo, une em uma só família todos os homens do mar, criaturas do mesmo elemento, caravana do mesmo infinito deserto. Outro, por último, a obrigação maior para com brasileiros, a hospitalidade que reparte com êles tudo o que tem, e não se envergonha do pouco”.

#### JUSTIÇA AOS VENCIDOS

“Referindo-se á evasão dos refugiados brasileiros, uma das folhas mais eminentes deste país — Portugal — desfechou contra o seu procedimento o epíteto de “desleal”. Não vi na áspera sentença a indicação de seus fundamentos; e, pelo contrário, quanto mais considero, mais me convenço de que a razão, os fatos e os documentos lhe opõem a evidência de um desmentido formal, aliás absoluto. Ora, eu pertencço ao número dos que acreditam que a reputação dos infelizes é duas vezes sagrada. No caso vertente, a ausencia os inibe de acudir por ela. Não se me leve a mal, pois, a expontaneidade com que me apresso em reclamar pelos indefesos contra o ultrage imerecido e doloroso. Se a vitória os houvesse coroado com os seus fatores, não lhes faltaria o aplauso do mundo e a solícitude dos grandes advogados.

Vencidos e difamados pelo vencedor poderoso, a venerabilidade da sua desdita não pôde encontrar defensores senão entre os de mais mediocre fama e mais fraco espirito, na classe obscura daqueles, a que a justiça costuma confiar ex-officio o patrocínio dos miseráveis.

“E aqui está porque ousou falar em nome deles.

“Portugal elevou-se á maior altura da sua legendária grandeza, salvando, envolvida no seu pavilhão, uma vasta e gloriosa parte da Marinha Brasileira. Esse ato de soberana humanidade operou em um momento um trabalho de anos a benefício das simpatias cimentadas entre os dois, as revelações naturais da origem do sangue e do idioma.

“Mas todo o ato humano tem as suas consequências inevitáveis na ordem moral, como na material. Aquêlle que pratica uma ação generosa não pôde fugir aos corolários de honra.

**O azilo não confere ao azilante direito de posse e retenção sobre os azilados.** Aqueles que o recebem dignificam-se nêlle precisamente porque este ato de magnificencia não envolve em troca a subalternidade dos agraciados. A mercê, cujo valor consiste na sua gratuidade, ficaria moralmente nulificada, se o bemfeitor, para salvar embaraços filiados á generosidade do seu procedimento, se arrogasse o arbitrio de jogar com a liberdade dos beneficiados. **Os azilados não se podem transformar em servos do azilo, sob pena de adquirirem o direito de invocar novos protetores contra a dureza arbitrária dessa proteção degenerada.**

“O Governo português não podia desembarcar os companheiros de Saldanha da Gama em território brasileiro, porque seria quebrar as leis da neutralidade, cooperando na revolta. Tampouco podiam os insurgentes exigir de transporte para o território estrangeiro, cuja escolha lhes conviesse, porque o favor recebido com a hospitalidade não grangeia ao obsequiado títulos a novos sacrificios do obsequiador. Se, portanto, os navios portugueses, ao deixarem o Rio, fizessem diretamente rumo a terras portuguezas, os refugiados não se poderiam agravar de que o azilo viesse a ter esse paradeiro. Mas, desde que aportaram em plagas de

outras nações, de uma nação neutra na luta, recusar aos azilados o desembarque, era assumir uma autoridade que o fato do azilo, absolutamente, não dava ao azilador; era converter o azilo em prisão. O azilo é benefício, não se impõe. Cessa quando o beneficiado o renuncia.

A "Prensa", folha insuspeita de Buenos Aires e uma de mais prestígio no Rio da Prata, pergunta a esse propósito: "Em que tratado de derecho internacional se sostiene que el asilo envuelve la prohibicion de dejarlo a los que se acorren á el, en qualquiera momento?"

"Não importa a vizinhança entre esse território e o Govêrno interessado em afasta-los do seu.

"Essa circunstancia accidental não altera as condições substanciais e permanentes do direito adquirido. Nem bastavam os interesses desse Govêrno para anular a obrigação moral contraída com os refugiados por aqueles que ofereceram refúgio.

"Não bastavam esses interesses para transmutar hospedagem em sequestração. Alega-se que o Govêrno portuguez se comprometera com o brasileira a não desembarcar os companheiros de Saldanha senão em dominios de Portugal.

"Mas, a ser assim, esse compromisso, o adscrivia a traze-los diretamente do Rio de Janeiro a terras portuguezas, porque, só destarte semelhante compromisso se compadeceria com os deveres morais do azilador para com os azilados. Entendido, porém, como querem entende-lo, seu resultado seria reduzir, de fato, os refugiados a prisioneiros da nação que lhes outorgou o azilo.

"Busquem os artificios da fraseologia que quiserem, a despeito de todos os enfemismos, aqueles a quem se proroga forçadamente o azilo, quando este lhes repugna e oprime, já não é um azilado, é um cativo. Esses homens representam a flôr da Marinha Brasileira, o escól das nossos glórias militares, uma via-lactea purissima de abnegação e heroicidade no horizonte sombrio da minha Pátria.

"Esses patriotas que batalharam sete mezes sem um real de soldo, por uma aspiração liberal; que deram nessa campanha terrivel os mais fulgurantes exemplos de cava-

lheirismo e bravura; que jogaram na luta, com sublime desinteresse, as mais altas patentes e os nomes mais brilhantes de sua classe e que, no dia do revez extremo, envolvidos na quasi nudez da miseria, não se retratam do seu ideal essas almas afeitas a desprezar as posições, o dinheiro e a vida, não atino a que conveniências poderiam imolar a sua honra, imolando a sua lealdade.

“Esses vencidos valem alguma cousa. No meu humilde apreço valem ainda mais, agora do que quando os cobriam os galões e os bordados dos seus postos.

“Sua queda envolveu-os, no seu país, em uma consideração que não se troca pelos louros da fortuna.

Mas se esta consideração não podem pretender no estrangeiro, deixe-se-lhes ao menos, a piedade que floresce nas sepulturas razas, ou siquer, a indiferença com que se dá perfeitamente o infortúnio dos altivos.

“A generosidade de um povo magnanimo como o português, não tem senão ensoberbecer-se de mostrar aos idolatras do deus — Egoismo que, o vigor moral das nações não se mede pelo seu tamanho nem pela sua fôrça. (Artigo publicado pelo grande Ruy Barbosa, em Lisbôa).

\* \* \*

O Governo de Lisbôa, porém, não teve a mesma elegância até o fim!

**Hintze Ribeiro**, Primeiro Ministro do Rei **D. Carlos**, premido pela pressão do Itamaratí, resolveu então transformar em “prisioneiros” — para não dizer escravos — de sua Magestade, os asilados dos navios portugueses, então no porto de Buenos Aires, e interná-los em uma colônia lusa em África!

O Almirante **Saldanha** e seus comandados protestaram, porém, enèrgicamente contra semelhante despropósito do Governo de Lisbôa. Dão-se então constantes conflitos entre azilados brasileiros, que se querem libertar, e os marinheiros portugueses que, por ordem superior, os querem reter a bordo daquelas corvetas. Nessa ocasião êsses homens matam cruel-

mente com pancadas de remos de um escaler, em águas da rada exterior da Capital argentina, o Cadete **Pedro de Alcantara**, da Escola Militar do Rio de Janeiro, nosso valente companheiro, que se escapava a nado para terra. Agrava-se com êste crime a nossa situação ali. Finalmente, depois de um grave conflito travado a bordo da golêta "Pepito Donato", na qual nos refugiáramos, fomos transferidos todos para bordo do vapor "Pedro Terceiro", transportador de gado e inteiramente sem condições para conduzir passageiros, destacado pelo Governo de Lisbôa para levar-nos para a África.

Reagimos então violentamente, evadindo-nos na noite seguinte a bordo de uma chata uruguaia, e, por fim, sob a proteção da canhonheira "Artigas", desembarcámos em Montevideo, onde carinhosamente nos acolheram o povo daquele nobre país e a grande colônia brasileira ali domiciliada.

Os poucos Revolucionários que não conseguiram escapar daquele vapor seguiram nele para Portugal onde foram encerrados na fortaleza de Peniche.

Ao Almirante **Saldanha** que, acompanhado pelo então Guarda-Marinha **Rafael Brusque**, para ali partira, afim de libertá-los e apresentar-se como refém ao Governo português, foi impedida a entrada naquele país, de cuja Capital foi violentamente expulso o seu Secretário — o saudoso Comandante **Benjamin de Melo**. Contra isso protesta **Rui Barbosa**, que então se encontrava na Capital portuguesa — com o artigo acima.

\* \* \*

Essa ida de **Saldanha** a Portugal com semelhantes propósitos vem mostrar que a volta aos campos de batalha federalistas não havia até então entrado nos projéto do nosso insigne Almirante, aliás ainda não restabelecido dos múltiplos ferimentos que recebera no combate da Armação, a 9 de Fevereiro.

**Augusto de Castilho**, que representara tão importante papel no Comando da Divisão Naval Lusa no Rio, foi exonerado da Comissão que exercia no Atlântico Sul. Regressando a Lisbôa, foi preso e submetido a infame Conselho

de Guerra, do qual foi, por fim absolvido, apesar de haver sido tudo feito para condená-lo.

Escreveu depois disso e publicou críticas infelizes à Marinha do Brasil daquela época e particularmente aos Oficiais que haviam servido na Esquadra Legal, o que lhe valeu receber uma dura resposta em carta que lhe foi dirigida e publicada por êsses dignos Oficiais brasileiros. Remiu-se mais tarde, porém, dessas injustiças escrevendo elogiosa missiva ao Comandante Alvaro Belfort.

\* \* \*

Senhores! As revoluções estaladas no início da República eram reações naturais de um povo jovem e vigoroso, que se adaptava às novas formas da sua vida política.

Os grandes homens que figuraram nas lutas que então se desenrolaram no país, já eram, antes disso, figuras do mais alto relêvo e projeção no panorama da vida nacional, fazendo jús à nossa veneração, pelos seus grandes serviços à Nação na paz e na guerra.

“A MARINHA NACIONAL, diz o nosso brilhante Confrade **Didio Costa**, CRIADORA DE UM PATRIMÔNIO INESTIMÁVEL E UMA DAS MAIORES FORÇAS CONSTRUTORAS DA NAÇÃO, TEM PROCURADO E CONSEGUIDO SUBSISTIR COM GRANDESA ASCENDENTE, POR SE INSPIRAR DIA A DIA NOS MAIS ALTOS E NOBRES EXEMPLOS DOS GRANDES EXTINTOS, DOS LUTADORES EGRÉGIOS E AUREOLADOS DA NOSSA HISTÓRIA!”

Essa a doutrina que **Saldanha** nos ensinava e que devemos praticar de toda nossa alma, como brasileiros, bem brasileiros, apaixonadamente brasileiros!

\* \* \*

Senhores!

Há entre os nautas uma velha lenda cheia de consoladora poesia que evoco neste recinto com a mais suave emoção: as almas dos marinheiros mortos no mar são transformadas em aves marinhas, que eternamente viverão a rodar, a rodar,

de azas espalmas, acompanhando no alto oceano a esteira branca dos navios...

Assim nos pinta a cena, Bastos Tigre, em primorosos versos —

“Almas de Marinheiros”

“Seguindo no rumo

“Seguindo os navios na esteira das águas

“Dos barcos mercantes, dos vasos de guerra

“Que vão no mar alto, bem longe da terra

“Espalhando o fumo

“Entre o céu e o mar...

“Que aves são estas?

“São almas, são almas de Marinheiros

“Jovens e velhos, loiros, trigueiros,

“Que morreram no mar alto

“E foram jogados no ventre do mar.

“Mas suas almas

“Mudaram-se em aves, em aves marinhas

“E são essas almas

“Que batem as azas, seguindo os navios,

“Quer soprem as brisas sôbre as ondas calmas

“Quer brame a borrasca nos mares bravios”...

\* \* \*

A Pátria, senhores, é uma grande nau a vogar no oceano dos séculos, rumo ao Progresso, batida pelos ventos das ambições e da vaidade dos homens, vencendo, apesar de tudo, as tormentas sopradas pelo ignoto Destino.

Tambem acompanhando a marcha do navio da Pátria, voam, em bandos, aves de bom augurio, invisíveis aos nossos olhos, mas que o nosso coração avista deslumbrado, ouvindo-lhes o tatarar das azas: são as almas dos grandes vultos de nossa história — sábios, mártires e heróis — que vi-

veram e morreram pela Pátria e para a Pátria, servindo-a e dignificando-a na paz como na guerra.

Neste momento de decisões varonis, vemos sangrando nos campos de batalha, no cumprimento de um sagrado dever, os nossos entes queridos: são soldados, marinheiros aviadores, enfermeiras, que já se estão heroicamente batendo nas frentes de guerra "levando a Pátria no coração".

Que os grandes vultos de nossa história, espíritos alados dos heróis brasileiros, os acompanhem na trajetória gloriosa, animando-os e protegendo-os.

E nós que ficamos no solo pátrio, ergamos ao Onipotente os nossos corações pela vitória, fraternalmente unidos à sombra do pendão auri-verde, esquecendo rivalidades e dissídios, solidificados numa união sagrada — de todos pelo Brasil, pelo Brasil acima de tudo!

\* \* \*



## “Benjamin Constant Botelho de Magalhães”

Marechal Reformado, João de Albuquerque Serejo

Quando Benjamin Constant, em 1873, prestava concurso para o lugar de adjunto da cadeira de matemática, na Escola Militar, declarou à mesa examinadora que era positivista e assim indagava se tal fato o inibia de iniciar a prestação das provas. Pedro II estava presente ao concurso. A banca, estarecida ante tal declaração, consultou o ex-monarca e este determinou que Benjamin fosse arguido.

Essa declaração de ser positivista — ipso-fato de ser republicano — foi causa das sucessivas injustiças vibradas contra Benjamin na sua longa, proveitosa e digna carreira no magistério. Sempre classificado em 1.º lugar nos concursos a que se submeteu, nunca foi nomeado lente catedrático. Num dos concursos classificaram-no em 1.º lugar, e a banca, querendo mostrar o grau de preparo de Benjamin em relação aos demais candidatos, declarou: “em 2.º lugar — ninguém; em 3.º lugar — o sr. fulano de tal”. Pois bem, apesar disso, foi nomeado o candidato classificado em 3.º lugar!

Benjamin foi assim um verdadeiro republicano, embora não fosse um demagogo, a pregar em suas aulas o republicanism. Sempre afirmou, entretanto, o seu nojo pela politicagem reinante. Homem que de raro em raro surge no cenário das nações, Benjamin, austero e digno, sabia despertar as idéias elevadas e plantar convicções na mente de seus discípulos. Conhecê-lo de perto era tornar-se seu admirador. Não tinha ambições pessoais. Todos sentíamos que lutava, arriscando tudo sem nada desejar para si, pela grandeza do Brasil e melhoria da espécie humana. Graças a tal ascendente, graças a tais qualidades foi que pôde, em pouco tempo e com tanta felicidade, preparar a deflagração do movimento que glorificou o dia 15 de novembro de 1889.

Seus primeiros atos públicos foram relativos à Abolição da Escravidão e às Questões Militares. Interveio nelas afim de melhor orientar a Classe Militar — que êle sempre considerou como sendo o prolongamento de sua Família. Com elevação e patriotismo proclamou em seus discursos (que tiveram tanta repercussão naquêles tempos, que “se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências”.

Na Abolição, redigiu o officio do Clube Militar em que se protestava contra a missão de captor dos escravos fugidos das senzalas, missão pouco digna do Exército e que o governo monárquico queria atribuir-lhe.

Nas Questões Militares, tomou a sí conduzir a classe com moderação e descortino, embora com energia e decisão. Logo grangeou as simpatias e a confiança gerais. Sendo Deodoro presidente do Clube Militar e Benjamin seu vice-presidente, sobreveio o incidente Carolino com o visconde de Ouro Preto. Officiais, sócios do Clube Militar, dirigiram a Deodoro um requerimento pedindo fosse convocada uma sessão para tratar do caso. O requerimento foi indeferido. Os mesmos officiais apelaram então para Benjamin, e êste escreveu uma carta a Deodoro, pedindo-lhe que reconsiderasse o seu despacho, pois o official ofendido tinha o direito de ver sua situação examinada pelos seus camaradas. O general Deodoro, dando parte de doente, passou a presidência do Clube a Benjamin Constant.

Antes de ser marcada a sessão do Clube Militar que passou à História, deram-se, na Escola Militar, a recepção e banquete aos officiais do cruzador chileno “Almirante Cochrane”, em visita ao nosso país. Por ocasião do banquete o aluno Vicente de Azevedo saudou a Benjamin Constant que em seu célebre discurso de agradecimento disse, dirigindo-se ao ministro da guerra, conselheiro Cândido de Oliveira: “Senhor Ministro! O Exército Brasileiro nem é indisciplinado, nem é composto de janízaros: debaixo da farda, no peito de cada soldado, palpita o coração de um cidadão e patriota!”

Recebeu, nesse dia, Benjamin uma estrondosa e incomum manifestação de apreço, a qual durou mais de quinze minutos. Esse discurso daquele inolvidável brasileiro foi o toque de clarim que reuniu todos os republicanos em torno d'ê. Na frase de Benjamin, então proferida, "êle valeu por mais de vinte sessões do Clube Militar".

Daí por diante, foi Benjamin solicitado por todos os republicanos brasileiros, civís e militares. A Escola Militar, a Escola Superior de Guerra, a officialidade do 1.º e 9.º Regimentos de Cavalaria, do 2.º Regimento de Artilharia dirigiram-lhe mensagens ou pactos de sangue, chamando de Chefe e propondo-se a acompanhá-lo em todos os terrenos, "mesmo o da resistência armada". Quintino, em carta tratando-o de "correligionário", pede-lhe uma conferência e não mais deixa de manter contato com Benjamin. Silva Jardim, o grande tribuno civil da propaganda, desde agosto de 89 mantinha correspondência com seu coestaduanu. Rui Barbosa, pela Imprensa, no "Diário de Notícias", em artigo intitulado "O Caso da Escola Militar", diz que "êle era o Exército personificado", e "a sua incalculável autoridade envolvia-o numa auréola mais impenetrável que o metal das couças. Um homem de intemerata pureza, de uma reputação feita de ciência, de civismo e de virtude, um prestígio, composto dos bons exemplos de uma vida límpida, calma e transparente, como o ambiente das suas crenças." Republicanos de São Paulo — glorioso Estado que foi um dos baluartes do movimento — fazem-se presentes a Benjamin, apoiam-no decididamente.

Realiza-se então, a 9 de novembro de 89, a histórica sessão do Clube Militar, na qual, segundo consta da ata, foram dados a Benjamin Constant plenos poderes para resolver a crise política nacional, tendo êle prometido que a solução viria em 8 dias ou êle renunciaria a todos os cargos públicos, quebrando até a sua espada.

Diante das inequívocas provas de consideração, de absoluta confiança, de decidido apóio já então recebidas, trata Benjamin Constant de articular a insurreição propriamente dita. Vai, no dia seguinte, a 10 de novembro, à casa do gene-

ral Deodoro, expõe a situação e faz ver a Deodoro que a revolução era inevitável, mas que ela não devia se limitar a derrubar o Ministério, pois assim os levantes militares seriam contínuos, sucedendo-se a cada govêrno que provocasse novas questões. Disse que no seu entender a revolução deveria dirigir-se a transformar o regime, com a implantação da República a Benjamin: "E o velho?" "O Imperador e sua Família — responde Benjamin — serão tratados com tôda consideração e respeito, mesmo porque o movimento não é feito contra os monarcas e sim contra o regime que êles representam". Deodoro medita longamente e ainda pretende de Benjamin uma solução diferente, mas Benjamin (a quem Deodoro sempre afirmou estimar "como se fôra seu irmão mais velho") concita-o a colocar os interesses da Pátria acima de seu apêgo pessoal ao senhor Pedro II. Veio então dos lábios do bravo alagoano a conhecida frase sua: "Já que não há outra solução, leve a breca a monarquia: eu estou ao seu dispôr".

No dia seguinte, 11 de novembro, Benjamin convoca Quintino, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Francisco Glicério e Campos Sales para uma reunião na casa do general Deodoro. Este porém, a fisionomia fechada, mostrava-se preocupadíssimo. Foi necessário novo e veemente apêlo de Benjamin Constant aos sentimentos patrióticos do bravo General. O general Glicério, presente à reunião, redigiu um resumo da oração de Benjamin (vide "Benjamin Constant", por Benjamin Constant Neto, pg. 69). Deodoro cedeu então definitivamente, prosseguindo a reunião, sendo organizado o Govêrno Republicano e iniciado o preparo do movimento armado. Conforme testemunho de Quintino, êste propôs, com aquiescência do general Deodoro a Benjamin para Chefe do Govêrno, a isso se opondo decididamente Benjamin, dizendo que só ao General Deodoro cabia aquêle posto. A seguir, por intermédio do almirante Wandenkolk, Benjamin procurou articular o movimento com a nossa Marinha, encontrando-se com aquêle almirante e outros oficiais no Clube Naval.

À tarde de 14 de novembro, Solon de Sampaio Ribeiro, oficial de muita nomeada, espalha pela cidade e pelos quartéis o boato de que Benjamin e Deodoro já estavam com

ordem de prisão. Nos quartéis começa então o início do movimento. Deodoro, em casa, vítima de fortes dispnéias, era dado como gravemente doente. Assim mesmo é-lhe mandado um emissário, prevenindo-o do início da revolução. A Benjamin Constant, em sua casa, apresenta-se um piquete de oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra, sob o comando de Lauro Muller. Inteirado dos acontecimentos, nosso Guia e Mestre, farda-se e prepara-se para assumir o seu posto de vanguardeiro do movimento. Suas filhas estão dormindo, mas sua espôsa, d. Maria Joaquina da Costa Botelho de Magalhães, está acordada e porta-se com galhardia. Benjamin a beija, entrega-lhe uma pasta contendo os pactos de sangue e demais compromissos da Revolução, e lhe diz: "Se souberes que o movimento fracassou queima estes papeis; vou cumprir o meu dever."

Ao alvorecer do dia 15 de novembro de 1889 partem de São Cristovão as forças revolucionárias. Seu guia espiritual é Benjamin Constant Botelho de Magalhães, homem de alto porte moral e que intimamente lamenta a forçada ausência de seu querido irmão de armas e chefe militar do movimento: o legendário e bravo General Manoel Deodoro da Fonseca. Mas, na sua falta, deve Benjamin assumir o comando da tropa. E êle a põe em marcha, enquadrado por uma guarda composta de seus queridos discípulos, os quais, apesar de oficiais, abandonaram suas espadas e empunham mosquetões, decididos a guardar, a defender, a preservar a vida preciosa de seu Mestre!

Entre a tropa do governo monárquico estão dois officas bravos e valorosos. Um, o general Almeida Barreto, de relações rotas com Deodoro, preocupa mais a Benjamin Constant. Então, êle, que nunca desejou glórias militares a trôco de uma luta fraticida, manda um emissário a Almeida Barreto, explicando a situação e rogando o seu concurso. A resposta vem: "Diga ao Benjamin que com êle eu vou até para o inferno." Quanto a Floriano, antigo discípulo de Benjamin, mas com o qual em vão procurara se avistar, Benjamin afirmava conhecê-lo de sobra para supô-lo capaz de ir de encontro à sua Classe.

Ao chegar à Praça 11 de Junho uma grata surpresa está reservada à tropa. Deodoro, ainda ofegante, pálido, com cáusticos nos peitos e nas costas sob a farda, salta de um carro, toma o cavalo do tenente Eduardo Barbosa Junior e assume o comando das forças revolucionárias. Foi um momento de intensa emoção para todos, mais ainda para Benjamin Constant — amigo sincero e grande admirador daquêlê homem que êle denominaria “o general libertador”. No Campo de Santana, Deodoro investe pelo portão do Quartel-General e sobe à presença do Ministério Ouro Preto, todo alí reunido, com exceção de Barão de Ladário, pouco antes ferido pelo piquete de guarda a Deodoro. Deodoro foi épico, bravo em tal emergência! E inicia a deposição do Ministério Ouro Preto. Este, também corajosamente se porta e responde rudemente a Deodoro. Benjamin, ao seu lado, ante algum embaraço de seu companheiro de jornada, retruca, dizendo-lhe: “Vossa Excelência quis fazer do cadáver moral de sua Pátria, o pedestal de suas tristes glórias”. Lá fora, a artilharia salva a República dos Estados Unidos do Brasil. Começara, naquêlê dia, uma nova era para nossa Pátria, desde então integrada na comunhão política das Américas. O 15 de novembro de 1889 completara a evolução política do Brasil no sentido de sua emancipação. A 7 de setembro de 1822 o Brasil deixara de ser colônia, mas só depois de 15 de novembro de 1889 sua libertação política se completou.

Reclamada sua presença no Govêrno Provisório, como fator de segurança das novas instituições, Benjamin ocupou a pasta da guerra, a princípio, passando-se depois para a da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Seu desprendimento, seu idealismo puro, despertaram despeito em alguns seres mesquinhos, que entraram a intrigá-lo com o bravo mas pouco arguto general Manoel Deodoro. Diziam-lhe que Benjamin desejava substituí-lo na chefia do govêrno — a êle que a recusara sempre, bem como a qualquer posto político! Apesar de ter declarado publicamente, na Imprensa, e em reunião do Ministério, isso mesmo, a campanha subterrânea prosseguiu e logrou êxito parcial, desavindo-se as duas figuras máximas da insurreição republicana. Depois, Deodoro caiu em si e

pediu perdão a Benjamin das ofensas que injustamente lhe vibrara. Benjamin narrou a cena no seu último discurso público, proferido na sessão do Clube Militar de 9 de novembro de 1890, vivo, portanto, ainda o general Deodoro. Disse que o concitara a ter moderação nos negócios públicos, pedindo-lhe “em nome dos interesses fundamentais do Brasil, que decorasse palavra por palavra a Constituição a ser brevemente promulgada, e que a ela cegamente obedecesse.” Dois meses depois falecia Benjamin Constant. Deodoro, mal orientado e seguindo conselhos menos elevados, vem, mais tarde, a dar o golpe de estado de 3 de novembro de 1892, fechando violentadamente o Congresso. Vendo, porém, quão funestos seriam para a República as consequências de seu gesto, magnânima e corajosamente renuncia a chefia do governo no dia 23, entregando o poder a Floriano Peixoto, vice-presidente eleito, a quem caberia defender a República da tardia e improfícua reação monarquista, conquistando assim, de fato e de direito, o justo título de “Consolidador” e o epíteto de “Marechal de Ferro”.

Agora, perguntamos — quem teve a atuação de Benjamin Constant, antes, durante e depois de 15 de novembro de 1889, pode ser relegado a uma posição subalterna naquêlê acontecimento histórico?

Se a simples e verdadeira narração dos próprios acontecimentos não bastar para situá-lo no cume, pode-se ainda lançar mão dos depoimentos prestados logo após a vitória republicana pelos quatro maiores participantes daquêles acontecimentos e que foram: Deodoro, Quintino, Rui e Floriano.

**Deodoro e Benjamin.** Foram duas almas que se entenderam e se encontraram para felicidade do Brasil, que assim pôde deixar para trás a monarquia sem grandes abalos, entrando no regime que o levaria à situação de progresso que atingiu na República. O grande valor de Deodoro está justamente em ter vencido a si mesmo, sopitando seus sentimentos pessoais em bem do Brasil. A nosso ver, seu gesto mais digno, mais valoroso foi êsse: tendo reconhecido que a alma nacional ansiava pela República, pôs ao seu serviço tôda a sua capacidade, tôda a sua bravura.

Depois dêsse seu gesto digno de ser salientado, pensamos que a reafirmação dêesses mesmos sentimentos êle nos deu a 23 de novembro, quando renunciou à suprema magistratura, repelindo o apôio que Saldanha da Gama, monarquista, lhe fôra oferecer, e entregou o poder a Floriano Peixoto, republicano, seu substituto legal. Evitou, assim, que a morte de seus patrícios viesse de par com a morte do regime que sua espada gloriosa "firmara em nosa Pátria" — como com justiça o proclamou em discurso Benjamin Constant. Cinco dias após a proclamação da República Deodoro, em carta dirigida a Ruy Barbosa ("Rui — o estadista da República", de João Mangabeira, pg. 41), enaltece e faz justiça à ação de Benjamin, como se verá da leitura da carta, assim concebida:

"Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1889.

Ao colega dr. Rui Barbosa.

Ao noso companheiro de govêrno dr. Benjamin se deve, mais que a outrem, a liberdade do Brasil: foi êle quem atirou ao Ceiso — govêrno o cartel de desafio, sujeitando-se, no caso de derrota, a ser inquestionavelmente fuzilado: a êsse homem faltou-se com a devida atenção!

O indivíduo que êle apresentou para governador do Maranhão e que, por todos os companheiros, foi reconhecido estar nas condições de exercer o cargo, não foi, no entretanto, aceito pela maioria dos companheiros e assim não atendido Benjamin em sua única proposta!

A liberdade do Brasil, que tanto nos custou, e que convém, ainda com sacrifícios da vida, sustentá-la, pede nomeações que a garantam.

Entendo que se deve reconsiderar o ato de ontem; que convém a nomeação dos que na inclusa nota, apresentei ao dr. Aristides Lobo, e que se atenda ao pedido do Wandenkolk.

Peço a vossa atenção.

a) — Manoel Deodoro da Fonseca".



Carta expressiva e justa, escrita quando nenhuma nuvem toldava ainda a amizade dos dois generais. Agora, transcrevemos a carta em que Deodoro responde ao seu pedido de demissão do Ministério, por estar gravemente enfêrmo, às portas da morte. A nuvem, soprada pelos pequeninos, já toldara o céu da amizade de ambos, mas de novo o céu se apresenta limpo, sem manchas negras, como sempre deveria estar. Diz o Marechal:

“Exmo. amigo sr. general Benjamin Constant.

Recebi a carta datada de ontem que V. Excia. me dirigiu solicitando, em consequência de se terem agravado os seus incômodos de saúde, dispensa do cargo de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Eu não teria desculpa e sim condenação, se, conhecendo o estado de saúde de V. Excia., fosse capaz de insistir para que continuasse no ministério, pôsto de sacrifício e de assíduo trabalho.

Certamente, ao ver-me privado da colaboração poderosa pela inteligência, critério e lealdade inexcedíveis, pesar-me-á a mão quando assinar o decreto de sua dispensa de ministro; a consciência, porém, jamais me deixaria tranquilidade se, para continuar a tê-lo a meu lado na **consolidação da obra ingente que empreendemos e realizamos**, exigisse a continuação do sacrifício que há muitos meses V. Excia. faz .

Agradeço a V. Excia. as inequívocas provas de amizade, consideração e confiança pessoal que sempre me dispensou em tôdas as emergências e em tôdas as ocasiões.

**Quanto aos serviços prestados à Pátria por V. Excia., ela e a história dirão aos vindouros, dirão à Humanidade quem foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães.**

Saúde e Fraternidade.

a) — Manoel Deodoro da Fonseca.”

Morto Benjamin, foi ainda o Generalíssimo que, “considerando o geral apreço e entranhada estima do país inteiro” a Benjamin, e “apressando-se em converter em ato, os votos do mesmo Congresso e do País”, expediu o seguinte Decreto:

“Art. 1.º — Será erigida na Praça da República a estátua do cidadão Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Art. 2.º — Passar-se-á a denominar Instituto Benjamin Constant o Instituto dos Meninos Cegos, desta Capital.

Art. 3.º — Será em honra do mesmo ilustre brasileiro cunhada uma medalha comemorativa dos seus ingentes serviços, a qual se distribuirá aos membros do Congresso Nacional, do Poder Executivo, da alta Magistratura e a todos os estabelecimentos públicos de instrução, do Exército e Armada, bem como aos membros destas duas grandes classes.

Art. 4.º — Será erigido no cemitério onde foi o eminente cidadão inumado um mausoléu em que se recolherão suas preciosas cinzas.”

Só êsses depoimentos do grande Marechal alagoano dão medida da capital atuação de Benjamin na implantação da República. Em verdade, como engenheiro militar e homem de pensamento, foi Benjamin Constant quem lançou as fundações do regime instituído em terras do Brasil a 15 de novembro de 1889. Daí o título que lhe conferiu o Congresso Constituinte, composto de homens independentes e cultos, como o foram sem dúvida Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Campos Sales, Saldanha Marinho, Francisco Glicério, Demétrio Ribeiro, Mata Bacelar, Murça, Lauro Sodré, Pais de Carvalho, Nina Ribeiro, Nelson de Vasconcelos e Almeida, Rodolfo Miranda, Angelo Pinheiro, Alfredo Elis, Paulino Carlos, Almeida Nogueira, Domingos de Moraes, Antônio Azeredo, Ivo Prado, Serzedelo Corrêa, R. Osório, Vitorino Monteiro, Anibal Falcão, Alcindo Guanabara, Rui Barbosa, Sampaio Ferraz, Urbano Marcondes, Muniz Freire, Cantão, Nilo Peçanha, Belarmino Carneiro, Índio do Brasil, Esteves Júnior, Felipe Schmidt, Lacerda Coutinho, Carlos Campos, Felisbello Freire, Luiz Delfino, A. Moreira da Silva, Manoel Bezerra de

Souza, Ataíde Júnior, Batista da Mota, José Simeão de Oliveira, Custódio de Melo, João Pedro, Cunha Júnior, Barbosa Lima, Bezerril, Manoel Uchôa Rodrigues, Antônio Pinto, Casimiro Júnior, Erico Coelho, Gonçalves Ramos, Alexandre Stockler, Joaquim Avelar, Fróes da Cruz, Raimundo Bandeira, Floriano Peixoto, Antão de Faria, Teodoreto Souto, Américo Lobo, Aristides Maia, Dionísio Cerqueira, João Lopes, Pedro Chermont, Constantino Paleta, Pires Ferreira, C. Zama, Laper Santos Andrade, Belfort Vieira, Santos Pereira, Manoel Valadão, Frederico Borges e José Bevilaqua — que foram êsses os brasileiros que, na sessão de 25 de fevereiro de 1891, subcreveram a moção em apreço, a qual terminou com estas palavras:

“O Povo Brasileiro pelos seus representantes no Congresso Nacional Constituinte, se desvanecer de lhe ser facultada a glória de apresentar êste belo modelo de virtudes aos seus futuros presidentes.”

Na sessão do dia 24 de janeiro de 1891, do Congresso, o dr. João Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro, apresentou um projeto em cujo preâmbulo se lê:

“O Brasil reconhecido aos grandes serviços do general dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o imortal patriarca da República, vai erguer-lhe um monumento.”

Clodoaldo da Fonséca, que faleceu como general de nosso Exército, era oficial da guarnição da Capital em 1889 e assinou dois dos pactos de sangue dirigidos a Benjamin Constant. Ainda está vivo o Marechal Ilha Moreira, capitão àquela época e também subscritor de um dos pactos de sangue dirigidos e entregues a Benjamin Constant.

**Benjamin e Quintino.** Quintino era republicano muito antes de 89. Foi quem redigiu o célebre Manifesto de 70, tendo-o subscrito. Impressionado com a manifestação a Benjamin na Escola Militar, quando da visita dos oficiais chilenos, escreveu-lhe uma carta no dia

seguinte, 24 de outubro de 1889, solicitando-lhe indicar dia, hora e lugar para um encontro. E despede-se de Benjamin chamando-o "correligionário e amigo". Quintino, cognominado o "Príncipe da Imprensa", no seu tempo, passou desde então a agir em comum com Benjamin. Quintino foi sem dúvida o chefe civil da revolução de 15 de novembro. Pois bem, são de Quintino estas palavras, insertas em artigo no "O País" de 28 de novembro de 1891, quando ainda vivo o general Deodoro:

"Pois bem; o coronel Solon pode confirmar ou contestar o que vou dizer: quando se tratou da constituição do Governo Provisório, insisti, o mais que pude, para que assumisse o posto diretivo e superior do Governo Provisório o venerável e ilustre Organizador da vitória da revolução — o malogrado dr. Benjamin Constant.

Empreguei os maiores esforços para isso e fundava a minha insistência, entre outras razões de elevado alcance, no fato lamentável, mas evidente, da própria prostração física em que então se achava o Marechal Deodoro.

Para ser fiel à verdade histórica, devo acrescentar, em honra do Marechal, que êle próprio, nessa ocasião, longe de pretender qualquer supremacia, prestava ao dr. Benjamin Constant a homenagem sincera do seu respeito e da mais absoluta confiança, e longe de ser um obstáculo à preeminência daquêle ilustre cidadão, mais grande pela pureza de sua alma e dos seus intúitos do que pela sua mesma capacidade intelectual, estava disposto e pronto a reconhecê-la, sem o mínimo laivo de inveja ou rivalidade.

Quem resistiu às minhas vivas solicitações, quem se opôs a elas formalmente, produzindo argumentos valiosos, além dos sentimentos de modéstia que era um dos característicos de sua superioridade, foi o próprio dr. Benjamin Constant, de gloriosa e saudosa memória.

O coronel Solon assistiu a essa conferência na qual eu insistia pelo primado daquêle que tinha realmente o direito de ser o primaz da República.

Se não digo, portanto, a verdade inteira como o deseja o adversário a quem respondo, êle que me desminta."

Assim depõe, na época própria, o mais eminente dos civis que trabalharam em prol do 15 de novembro de 1889. Não deixa dúvida a sofismas...

**Benjamin e Rui Barbosa.** Já vimos como Rui, antes de 15 de novembro, se referiu a Benjamin em artigo no "Diário de Notícias", apontando-o como "O Exército personificado". Morto Benjamin, foi êle um dos que assinaram a moção, apontando-o como "Fundador da República" e "Modêlo de Virtudes". Era vivo Deodoro. Mais tarde, em 1893, no Senado, êle diz, referindo-se a Benjamin:

"...o ministro, cuja posição no movimento revolucionário, de que êle fôra a alma, lhe assegurava, entre os seus colegas, uma ascendência a que não podiam deixar de inclinar-se as opiniões divergentes; alma dotada pela mais robusta vocação do bem e impregnada numa devoção religiosa ao melhoramento da espécie e grandeza da Pátria.

Benjamin Constant possuia o mais puro dos corações, a mais santa das almas, o mais incorruptível dos caracteres, a mais benigna das consciências."

Ê mais um depoimento insuspeito e que afirma ter sido Benjamin "a alma do movimento revolucionário". Tanto mais de ser tido em conta, quando sabemos que nem sempre concordou Benjamin com o seu colega Rui Barbosa, quando dos atos do Governo Provisório. Quando em outubro de 1890, Rui convidou Benjamin para os trabalhos de revisão

da Constituição que seria promulgada a 24 de fevereiro de 1891, o "Fundador da República", já sériamente doente e desgostoso, quís excusar-se. Será que previa os ataques injustos que no futuro lhe fariam, acoimando-o de inspirada em "uma filosofia exótica"? O caso é que declarou a Rui que só aceitaria "mais êste pôsto de sacrifício" se o Chefe do Governo o julgasse absolutamente necessário. Rui, em cartas datadas de 13 e 17 de outubro de 90, insiste com Benjamin para que "não se furte a êste sacrifício, cuja recusa, nas atuais circunstâncias, poderia parecer mal ao nosso chefe." Benjamin não assistiria a promulgação da Carta Constitucional de 24 de fevereiro, mas como vimos, para ela antecipadamente pediu a Deodoro todo o respeito, todo acatamento, a mais estrita observância de seus preceitos — "em nome dos interêsses fundamentais do Brasil". Se nossos futuros governantes, de então para cá, tivessem observado o seu conselho e o tomado como "exemplo de virtudes" — quanta má ocorrência não teria sido poupada à Nação!...

**Benjamin e Floriano.** Floriano! Um nome que ainda hoje desperta entusiasmos. Um símbolo de energia, um padrão de honestidade, a personificação da bravura, um sol que aqueceu a República recém-nascida e a salvou do assassinato político, a grande barreira que os saudosistas-monarquistas encontraram à frente e na qual se esbandalharam! O "Marechal de Ferro", o "Consolidador da República" mereceu então as dedicações mais fanáticas e ainda as merece hoje: êle estava com a boa causa e impediu que o Brasil regressisse ao cativeiro político. Vencedor de um movimento das proporções do de 93, estava ao seu alcance tornar-se ditador e impôr a sua vontade, o seu arbítrio. Homem superior, digno do Exército que então inscrevera na História página tão brilhante como a de 15 de novembro, deu exemplo de respeito à lei e às instituições, acatando as eleições e assegurando a Prudente de Moraes, inimigo dos seus amigos, a posse na presidência da República. Era Floriano Ministro da Guerra quando faleceu Benjamin Constant, baixando então o Aviso seguinte:

“Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1891.

Senhor Ajudante General.

Profundamente emocionado pela notícia que acabo de receber do falecimento do eminente cidadão general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, não posso, entretanto, deixar de manifestar ao Exército a máguia que sinto por tão infausto como prematuro acontecimento.

A perda que dêle resulta para o país, que tanto precisa de homens daquêle valor cívico e daquela estatura moral, pertence ao número das perdas irreparáveis, das lacunas impreenchíveis.

Falta-me, neste momento, em que me domina o pesar, expressões com que possa dizer quem foi o homem que a morte acaba de arrebatá-nos em pleno vigor da vida, no espinhoso exercício das suas funções governamentais:

Soldado — ninguém o excedia em sacrifícios, ninguém compreendia melhor a noção do cumprimento do dever. Mestre — era o ídolo dos seus discípulos e tinha invejável dom de saber formar caracteres alimentados pela ciência e pelo civismo. Revolucionário — êle o foi sòmente do bem. A República foi sempre o seu ideal, a sua suprema aspiração e, quando a imparcialidade da História apurar a verdade dos acontecimentos, talvez ninguém exceda ao ilustre morto na obra ingente começada em 15 de novembro de 1898 e que êle não teve a dita de ver consolidada. O exército está de luto: perdeu um dos mais extremados defensores dos seus direitos, um dos que mais valentemente lutaram em pról de suas garantias, cerceadas pelos governos da monarquia.

E assim pensando, senhor Ajudante General, eu creio interpretar bem os sentimentos dos nossos camaradas, do generalissimo ao último soldado, de todos os que se prezam de vestir a farda e que não poderão honrá-la melhor que imitando ao cidadão cujo passamento hoje deploramos.”

E Floriano, em carta dirigida à família de Benjamin, melhor frisa ainda em que posição situa-o no movimento republicano. Diz êle, em 1891:

“O meu venerando amigo, general dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, **Fundador da República**, mestre e sábio, conservou sempre a inteireza de sua grande mentalidade; seu espírito, sempre radiante até que a morte roubou-o tão prematuramente à família, aos amigos e a esta Pátria, que agora como dantes, carecia de seus inimitáveis serviços.”

Não há negar, depois de tão farta documentação e de tão valiosos depoimentos, que os historiadores brasileiros, pelo menos os imparciais, os que se não deixam cegar pelo credo religioso ou por outras paixões, hão de destacar como primacial a atuação de Benjamin Constant para o advento da República, da qual foi, de fato e de direito, o Fundador.

\* \* \*